



Ministério da Educação
Universidade Federal do ABC



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

São Bernardo do Campo

2019

Reitor da UFABC

Prof. Dr. Dácio Robertho Matheus

Vice-Reitor

Prof. Dr. Wagner Carvalho

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Paula Ayako Tiba

Diretor de Centro

Prof. Dr. Harki Tanaka – Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Marcelo Bussoti Reyes - Centro de Matemática, Computação e Cognição

Prof. Dr. Ronei Miotto - Centro de Ciências Naturais e Humanas

Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas

Profa. Dra. Márcia Helena Alvim - Coordenadora

Profa. Dra. Claudia Regina Vieira – Vice-Coordenadora

Equipe de Trabalho - 2018

Prof. Dr. Alexander de Freitas

Prof. Dr. Allan Moreira Xavier

Prof. Dr. Evonir Albrecht

Prof. Dr. Fernando Luiz Cássio Silva

Prof. Dr. Luciano Soares da Cruz

Prof. Dr. Marcelo Zanotello

Profa. Dra. Marcia Helena Alvim

Prof. Dr. Márcio Fabiano da Silva

Prof. Dr. Marcos Vinícius Pó

Prof. Dr. Mário Minami

Profa. Dra. Patrícia da Silva Sessa

Profa. Dra. Patrícia Del Nero Velasco

Virgínia de Souza Slivar

Equipe de Trabalho - 2019 - NDE

Prof. Dr. Alexander de Freitas

Profa. Dra. Ana Maria Dietrich

Profa. Dra. Claudia Regina Vieira

Prof. Dr. Daniel Pansarelli

Profa. Dra. Katerina Lukasova

Profa. Dra. Kátia Canil

Prof. Dr. Marcelo Zanotello

Profa. Dra. Márcia Helena Alvim

Profa. Dra. Priscila Benitez

Prof. Dr. Ramatis Jacino

Profa. Dra. Suze Piza

Sumário

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	5
2 DADOS DO CURSO.....	6
3 APRESENTAÇÃO	7
3.1 A UFABC	7
3.2 MISSÃO INSTITUCIONAL.....	8
3.3 BREVE HISTÓRICO DAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES NA UFABC.....	11
4 PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO.....	14
5 OBJETIVOS DO CURSO	27
5.1 OBJETIVO GERAL	27
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	27
6 REQUISITO DE ACESSO.....	29
6.1 FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	29
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	33
8.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	33
8.3 ESTRUTURA GERAL	40
8.4 DISCIPLINAS.....	41
8.5 MATRIZ CURRICULAR SUGERIDA.....	52
8.6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS.....	54
9 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO	56
10 ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS.....	61
11 ESTÁGIO CURRICULAR	63
14 INFRAESTRUTURA.....	77
15 DOCENTES.....	81
16 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	85
17 ANEXO 1.....	86

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC

CNPJ: 07 722.779/0001-06

Lei de Criação: Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, publicada no DOU em 27 de julho de 2005, alterada pela Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 26 de março de 2015¹.

¹ Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/lei-de-criacao-da-ufabc>. Acesso em 03 de maio de 2019.

2 DADOS DO CURSO

Curso: Licenciatura em Ciências Humanas.

Diplomação: Licenciado em Ciências Humanas.

Carga horária total do curso: 3.216 horas.

Tempo mínimo e máximo para integralização: Tempo mínimo de 4 anos e máximo de 8 anos.

Estágio: Obrigatório – 400 horas.

Turno de oferta: matutino e noturno.

Número de vagas por turno: 25 vagas.

Campus de oferta: São Bernardo do Campo.

Atos legais: Ato Decisório ConsUni nº 151 de 27 de novembro de 2017.

3 APRESENTAÇÃO

3.1 A UFABC

No ano de 2004, o Ministério da Educação encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3962/2004 que previa a criação da Universidade Federal do ABC. A Lei foi sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2005, com o nº 11.145.

O projeto de criação da UFABC ressalta a importância de uma formação integral, que inclui a visão histórica da nossa civilização e privilegia a capacidade de inserção social em sentido amplo. Leva em conta o dinamismo da ciência, propondo uma matriz interdisciplinar para formar profissionais com um conhecimento mais abrangente, capazes de trafegar com desenvoltura pelas várias áreas do conhecimento científico e tecnológico.

Por muito tempo, a comunidade da região do ABCDMRR², representada por seus vários segmentos, esteve atuante na luta pela criação de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. A concretização do projeto de criação da UFABC é uma conquista dos cidadãos da região do ABCDMRR, e veio a colaborar para o aumento da oferta de vagas na educação superior pública na região, potencializando seu desenvolvimento por meio da oferta de formação superior nas áreas científica e tecnológica, com vários cursos de ciências humanas, sociais, naturais e de engenharia. A instituição também está alicerçada no desenvolvimento da extensão universitária, por intermédio de ações que disseminem o conhecimento e a competência social, tecnológica e cultural na comunidade. Nesse contexto, a UFABC contribui não apenas para o benefício da região, mas para o país como um todo investindo em ensino, pesquisa e extensão, almejando a excelência acadêmica, a inclusão social e a promoção da interdisciplinaridade. Cabe salientar que a pós-graduação na UFABC teve início de modo simultâneo com a graduação, evidenciando a vocação da instituição para a pesquisa, a produção de conhecimento e inovação.

Dentre os princípios fundamentais da UFABC destacam-se:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar cidadãos com competência profissional, sensibilidade e responsabilidade social e ética, em diferentes áreas de conhecimento que estejam aptos para atuar em diversos

² Região do ABC expandido (ou Grande ABC), que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

setores, participando do desenvolvimento da sociedade brasileira e agindo na formação de outros cidadãos e na sua própria formação de modo contínuo;

III – incentivar e fomentar o trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando o desenvolvimento das ciências e tecnologias, bem como a criação e difusão da cultura, contribuindo para o entendimento do ser humano, de sua história e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade e comunicar esses saberes por meio do ensino, de publicações e de outras formas de atuação social;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a sua concretização, integrando constantemente novos saberes e desenvolvimentos na estrutura da formação propiciada pela instituição;

VI – promover discussões sobre problemas do mundo contemporâneo, em especial sobre aqueles que dizem respeito ao contexto nacional e regional;

VII – prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de cooperação e reciprocidade;

VIII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para atingir esses objetivos, a atuação acadêmica da UFABC se dá por meio de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, que visam à formação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos solicitados pela sociedade brasileira, bem como à promoção e ao estímulo à pesquisa científica, tecnológica e à produção de pensamento original nos campos das ciências e das tecnologias. Um importante diferencial da UFABC, evidenciando o comprometimento da Universidade com o ensino e a pesquisa de qualidade, é o seu quadro docente composto exclusivamente por doutores que atuam em Regime de Dedicção Exclusiva.

3.2 MISSÃO INSTITUCIONAL

Para cumprir a missão institucional definida em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI)³, consta como um dos fundamentos estruturais da UFABC,

³Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consuni_ato_decisorio_151_anexo.pdf>. Acesso em 02 mar. 2018.

[...] a extensão do modelo para Licenciaturas Interdisciplinares [o qual] pode propiciar novas perspectivas para a formação inicial de professores, como também possibilitar formação continuada para aqueles que já estão em sala de aula na Educação Básica, além de ações de extensão e cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu. (UFABC, 2017, p. 10).

A proposta de Licenciaturas Interdisciplinares (LI) é extremamente pertinente ao modelo de ensino que caracteriza a UFABC, oferecendo a almejada “*formação superior mais consistente e adequada a uma nova realidade de atuação*” (UFABC, 2013, p. 30). A formação de professores propiciada pelas Licenciaturas Interdisciplinares pretende contribuir para dois aspectos assinalados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)⁴: as metas e diretrizes para inclusão social, políticas afirmativas, ingresso e permanência e, igualmente, as diretrizes para a política de interação com a sociedade.

Sobre o primeiro aspecto, consta no PDI a necessidade de reavaliar “as notas de corte e os pesos atribuídos às provas nos Editais, de forma a garantir que os alunos ingressantes apresentem o perfil adequado para os bacharelados interdisciplinares de ingresso”. Até 2018, os alunos ingressantes para os cursos de licenciatura não possuíam perfil adequado para os Bacharelados Interdisciplinares de ingresso. Com as Licenciaturas Interdisciplinares (LI), a revisão supramencionada poderá ser feita com maior propriedade, tendo em vista a formação docente.

Sobre o segundo aspecto, embora a “*contribuição da UFABC para melhoria da qualidade do ensino da educação básica na região do Grande ABC, com prioridade para as escolas da rede pública, [tenha] se consolidado como uma diretriz prioritária*” (UFABC, 2013, p. 71), e tenham sido inúmeras as ações nesse sentido por parte dos professores vinculados às licenciaturas, apenas a reorganização das licenciaturas como cursos específicos pós-LI pode desfazer a dicotomia apontada (e rejeitada) no PDI entre a inclusão social e a busca da excelência: a oferta de uma Licenciatura Interdisciplinar como curso de entrada na UFABC é condição necessária para que a UFABC dê conta das demandas sociais educacionais, um dos “Desafios para o Futuro” apontados no PDI.

No Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022 da UFABC, constam ainda quatro desafios fundamentais da inserção regional da UFABC. Destes, o terceiro diz respeito diretamente aos cursos de Licenciatura, visto que compreende o desafio de “*Formar quadros*

⁴ Disponível em: <http://antigo.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/administracao/ConsUni/anexo-resolucao-consuni-112_pdi-2013-2022.pdf>. Acesso em 02 mar. 2018.

profissionais docentes, garantindo a necessária aproximação da universidade com os demais níveis do ensino na região” (UFABC, 2013, p. 18).

Nos níveis de ensino correspondentes à Educação Básica, sabe-se que as escolas estaduais dos sete municípios do Grande ABC (ABCDMRR) sofrem de problemas basilares no que diz respeito ao seu quadro docente⁵: uma comparação do número total de docentes e do número de escolas estaduais por professores licenciados nas áreas em que desempenham suas funções docentes mostra que as disciplinas são frequentemente ministradas por profissionais sem formação específica para a docência nas referidas disciplinas. Sabe-se, igualmente, que esse quadro não é prerrogativa da rede estadual, e /pode ser expandido para incluir todas as escolas (de todos os níveis) do Grande ABC (municipais, estaduais, privadas, confessionais, comunitárias e conveniadas). Outro dado alarmante compreende a faixa etária dos docentes das escolas do Grande ABC: a média de idade do corpo docente das escolas do Grande ABC é bastante alta, elevando – nos próximos anos – a demanda regional por profissionais do magistério.

Neste contexto, o terceiro desafio proposto pelo PDI da UFABC está na ordem do dia da inserção da Universidade na região do Grande ABC. Ademais, a demanda por formação de quadros profissionais qualificados para a docência na Educação Básica é prioritária não só regionalmente, mas para as redes de ensino de todo o país. Toda universidade que deseja levar a cabo as suas funções sociais mais primordiais deve atentar a esse fato e, na medida de suas possibilidades, trabalhar em prol da qualificação da Educação Básica. Nessa perspectiva, os cursos de licenciatura assumem papel primordial. E a proposta das Licenciaturas Interdisciplinares é uma tentativa de oferecer não só a almejada qualificação da formação docente, como também garantir que a Universidade cumpra sua função social de formar professores: através de uma entrada separada na universidade, garante-se que, independentemente da área escolhida, o egresso será formado *professor*.

Por fim, consta no PDI, igualmente, a necessidade de,

Promover a discussão ampla e interdisciplinar sobre os conteúdos e sua continuidade nas diversas disciplinas da Universidade, aumentando o grau de compartilhamento de disciplinas entre cursos, de forma a enriquecer sua oferta pela diversidade de experiências e especialidades dos docentes (UFABC, 2013, p. 38).

⁵ Dados pormenorizados a respeito destes problemas podem ser obtidos na Plataforma CultivEduca (UFRGS), a qual – a partir dos micro dados do Censo Escolar de 2009-2014 da Nota Técnica INEP 020/2014 – disponibiliza filtros para a consolidação de dados sobre a formação docente em cada escola e em cada município do Brasil. Disponível em: <cultiveduca.ufrgs.br>.

A proposta das Licenciaturas Interdisciplinares (*i.e.*, da Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas e da Licenciatura em Ciências Humanas) nasceu justamente da discussão interdisciplinar envolvendo as licenciaturas ofertadas na UFABC em 2013 (Ciências Biológicas, Filosofia, Física, Química e Matemática) no âmbito do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério de Educação Básica (COMFOR) da UFABC, onde representantes de todos os referidos cursos compuseram grupos de trabalho cuja atuação culminou no presente projeto (cf. portarias do COMFOR nº 002/2014, 004/2015 e 003/2016).

3.3 BREVE HISTÓRICO DAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES NA UFABC

O Comitê Gestor Institucional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (COMFOR) foi instituído na UFABC em setembro de 2012 e desde então discute a formação de professores para a Educação Básica na Universidade. Uma análise minuciosa resultou na conclusão de que as Licenciaturas da UFABC, desde sua criação em 2009, poderiam se alinhar mais adequadamente aos recentes resultados das pesquisas acerca de formação de professores, aos princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares para cursos de Licenciatura, bem como a saberes construídos historicamente acerca da educação escolar por parte de seus protagonistas. Em decorrência das discussões relativas à formação inicial de professores na UFABC, foi criado em 2013 um grupo de trabalho no COMFOR para realizar um estudo buscando a elaboração de um projeto para Licenciaturas Interdisciplinares em consonância com o Projeto Pedagógico da UFABC, bem como uma análise da viabilidade de sua implantação.

A partir de maio de 2014, dando continuidade à discussão iniciada no ano anterior, o COMFOR apresentou a primeira versão de sua proposta aos cinco cursos de Licenciaturas específicas da UFABC. Nesse processo, as Licenciaturas específicas sugeriram adequações ao projeto. As alterações na proposta original foram elaboradas por um segundo GT, constituído por membros do COMFOR e professores indicados pelos cursos.

Ao final desta etapa, o COMFOR aprovou o projeto apresentado por este segundo grupo de trabalho e o expôs no Simpósio de Novos Cursos, organizado pela Pró Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI), em 8 de setembro de 2014. Posteriormente, a proposta foi apresentada em duas conferências abertas à comunidade, uma

no campus de Santo André, em 28 de julho de 2015, e outra no campus de São Bernardo do Campo, em 11 de agosto de 2015, pois era necessário ouvir a comunidade acadêmica e colher mais sugestões. Ao longo do processo, o COMFOR – em diálogo com a Reitoria e a Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD) – elaborou mais adequações na proposta, para viabilizar sua implantação antes de levá-la ao Conselho Universitário (ConsUni).

No ano de 2016, a Reitoria da UFABC publicou um Edital de Chamada para inscrições de propostas de criação de novos cursos de licenciatura⁶. O COMFOR participou do referido Edital com a proposta de duas Licenciaturas Interdisciplinares (compondo um projeto único): a Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática (LCNM) e a Licenciatura em Humanidades⁷. A referida proposta teve como proponentes os membros do COMFOR e do grupo de trabalho instituído pela portaria COMFOR nº 003, de 3 de março de 2016, para a elaboração da proposta em questão⁸.

Os cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática (LCNM) e de Licenciatura em Humanidades (LH) foram recomendados pela Comissão Julgadora das propostas de criação de novos cursos de licenciatura instituída pela Portaria da Reitoria nº 185, de 30 de maio de 2016.

Em 2017, na Comunicação Interna (CI) 006/2017/CGPL/PROGRAD, a Profa. Dra. Virgínia Cardia Cardoso, Coordenadora Geral do Programa das Licenciaturas da UFABC e então Presidente do COMFOR/UFABC, solicitou a discussão do item “Criação de Cursos de Licenciaturas Interdisciplinares” em reunião do ConsUni, dando andamento ao processo disparado pelo Edital n. 59/2016 da Reitoria da UFABC e em conformidade com o fluxo estabelecido pela Resolução ConsUni n. 151 de 22 de julho de 2015.

A II sessão extraordinária de 2017 do Conselho Universitário (ConsUni), realizada em 19 de setembro do referido ano, teve como pauta única (expediente) o “Resultado do Edital da Reitoria nº 59/2016 - Chamada para inscrições de propostas de criação de novos cursos de licenciatura na UFABC”. O item voltou à pauta do ConsUni na III sessão ordinária de 2017, agora como ordem do dia, sendo aprovado na continuação da reunião realizada no dia 21 de novembro de 2017.

⁶ Cf. Edital nº 059/2016 publicado no Boletim de Serviço nº 543 de 29 de março de 2016.

⁷ Nomes posteriormente alterados para *Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas* e *Licenciatura em Ciências Humanas*, respectivamente.

⁸ Foram proponentes do documento submetido ao Edital nº 059/2016: Prof. Dr. Alexander de Freitas, Carlos Eduardo Rocha dos Santos, Prof. Dr. Fernando Luiz Cássio Silva, Lídia Pancev Daniel Pereira, Lilian Santos Leite Menezes, Profa. Dra. Lúcia Regina Horta Rodrigues Franco, Profa. Dra. Maísa Helena Altarugio, Prof. Dr. Marcelo Zanotello, Profa. Dra. Maria Teresa Carthey-Goulart, Profa. Dra. Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda, Profa. Dra. Mirian Pacheco Silva Albrecht, Profa. Dra. Patrícia Sessa, Profa. Dra. Patrícia Del Nero Velasco, Profa. Dr. Roque da Costa Caiero, Profa. Dr. Sérgio Henrique Bezerra de Souza Leal, Profa. Dra. Virgínia Cardia Cardoso, Virgínia de Sousa Slivar.

No processo de elaboração da proposta de Licenciaturas Interdisciplinares da UFABC, o COMFOR e os grupos de trabalho por ele nomeados puderam,

[...] construir módulos de disciplinas obrigatórias comuns, com a mesma natureza interdisciplinar e de múltiplas aplicações, como as disciplinas obrigatórias dos BIs, tal como sugerido no PDI para os “cursos específicos que naturalmente comungam de uma mesma estrutura pedagógica” (UFABC, 2013, p. 43).

As licenciaturas da UFABC vigentes até 2018 já possuíam algumas disciplinas comuns, mas o leque de oferta de disciplinas obrigatórias e ações conjuntas foi imensamente ampliado na proposta das Licenciaturas Interdisciplinares (e, em especial, da Licenciatura em Ciências Humanas), a qual inclui um rol de oferta comum também para as disciplinas de opção limitada. Com essa nova proposta, pretende-se “*contribuir para a quebra de velhos modelos de aprendizado e para a construção de um novo entendimento para a universidade brasileira do século XXI*” (UFABC, 2013, p. 30), oferecendo aquilo que se vislumbra no PDI para os bacharelados interdisciplinares, a saber, uma formação multidisciplinar: a “[...] *agregação de conhecimento específico (dado pelos cursos de formação específica) a uma base mais abrangente de conhecimento científico e humano [...], cria-se – pelo modelo de ensino da UFABC – o elemento multidisciplinar na formação do aluno*” (UFABC, 2013, p. 29-30).

Referências

UFABC. Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022. Santo André, 2013. Disponível em: <http://antigo.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/administracao/ConsUni/anexo-resolucao-consuni-112_pdi-2013-2022.pdf>. Acesso em 02 mar. 2018.

UFABC. Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Santo André, 2017. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consuni_ato_decisorio_151_anexo.pdf>. Acesso em 09 mar. 2018.

4 PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

A vinculação entre formação de professores e interdisciplinaridade tem ocupado múltiplas discussões no campo das políticas educacionais atuais, culminando com o aparecimento, em vinte e duas vezes, dos termos interdisciplinar e/ou interdisciplinaridade ao longo da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Nesta resolução, em grande número de citações, a indissociabilidade entre a interdisciplinaridade e as exigências legais para a composição das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura se configura pelas alusões à interdependência e coimplicação entre três domínios: conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos. Ora, se a menção ao interdisciplinar apresenta-se tantas vezes citada, e mais, se aparece textualmente como elemento de ligação entre os conhecimentos específicos e os pedagógicos, isso dá dimensão do valor que o supracitado documento confere à interdisciplinaridade enquanto elemento essencial e mediador dos currículos dos cursos de formação de professores. É justamente no sentido de criar um perfil interdisciplinar de formação de professores, na área de Ciências Humanas, que se justificam as dimensões e os valores norteadores do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH).

Para trazer à tona e esclarecer as dimensões e os valores interdisciplinares que estruturam o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), apresentam-se abaixo três focos principais de fragmentação, que são recorrentes na organização de matrizes de formação de professores, que tanto merecem atenção, quanto precisam ser superados pelos cursos que pretendem formar professores em uma perspectiva interdisciplinar.

Estes três focos de fragmentação são:

1. Compartimentalização e disjunção dos saberes, com predominância da organização curricular reducionista, estanque e dissociada, o que prioriza a formação de *expertises*, em detrimento da formação de profissionais da educação com percepções, reflexões e atuações sobre a multidimensionalidade, complexidade e interconectividade do conhecimento científico da área, da realidade escolar e das práticas educativas;
2. Falta de integração entre as dimensões dos conhecimentos teórico-conceituais, pedagógicos, metodologias de ensino e o exercício da *práxis* docente, que é carregada de

saberes da experiência, que são aprendidos na prática. Disso resultam cisões entre: conhecimento e aplicação, teoria e prática, ideal e real, saber e saber fazer, conhecimento e ensino, reflexão e ação, investigação e ação etc.;

3. Relação distanciada, desengajada e burocrática entre as instituições de Educação Básica e as instituições responsáveis pela formação de professores, no Ensino Superior.

Nos trechos citados abaixo, extraídos da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015, afirmam-se algumas dimensões e valores norteadores que também serão assumidos pelo curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), ratificando, mais uma vez, a formação interdisciplinar de professores como o grande objetivo do curso proposto.

Segundo a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015:

O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica (...), e deve contemplar: (I) - sólida formação teórica e **interdisciplinar** dos profissionais; (II) a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente; (...) (VI) as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade. (Resolução CNE/CP 2/2015, Art. 3, § 6º, inciso I, II e IV, grifo nosso).

A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a): (I) - à integração e **interdisciplinaridade** curricular (...). (Resolução CNE/CP 2/2015, Art. 5, inciso I, grifo nosso).

O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades compostos pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício

profissional, fundamentado em princípios de **interdisciplinaridade**, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (...). (Resolução CNE/CP 2/2015, Art. 7º, grifo nosso).

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) pretende incidir na reversão e superação dos focos de fragmentação problematizados acima, que são recorrentes nos cursos de formação de professores vigentes na UFABC, incluindo e afirmando algumas dimensões e valores norteadores preconizados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015.

O que é mais urgente e necessário é combater o modelo "3 + 1" vigente nos cursos de licenciatura da UFABC até 2019, visto que eram cursos específicos de formação de professores atrelados a um bacharelado interdisciplinar, o que caracterizava um percurso formativo em que primeiro se ensinam determinados conceitos e teorias, para só, bem adiante do percurso, aplicá-los através de metodologias e práticas de ensino envolvendo a *práxis* docente. Neste sentido a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015 é categórica: “*A formação inicial requer projeto com identidade própria de curso de licenciatura*” (Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015, Art. 11).

Um dado alarmante do modelo das licenciaturas da UFABC vigente até 2019 é que o percurso formativo, que deve envolver a interdependência entre os domínios teórico-conceituais, pedagógicos e da prática docente, era estanque e dissociado, com a oferta de disciplinas didático-pedagógicas apenas a partir do quinto quadrimestre letivo e oferta de práticas de ensino e estágios supervisionados tão somente a partir do oitavo quadrimestre letivo.

O Projeto Pedagógico da Licenciatura em Ciências Humanas prevê uma formação interdisciplinar e comum as duas licenciaturas – LCH e LCNE - nos três quadrimestres iniciais do curso. Esta estrutura curricular apresenta forte base de disciplinas pedagógicas e de práticas como componentes curriculares, criando possibilidades de coimplicação, inter-relação e interconexão entre o domínio conceitual pedagógico e as reflexões e vivências sobre a *práxis* docente. Após este compartilhamento curricular inicial, são inseridas disciplinas que atendem à formação específica de cada uma das áreas – LCH e LCNE, habilitando o /a licenciado(a) em Ciências Humanas a atuar na Educação Básica, na área de

Ciências Humanas, em especial no Ensino Fundamental II (Etapa do Ensino Fundamental: anos finais).

No âmbito das disciplinas compartilhadas entre as duas licenciaturas interdisciplinares, a interdisciplinaridade tem como eixo as problematizações relativas ao ensino, às concepções de educação e à formação de professores, colocando o(a) licenciando(a) em contato com questões essenciais que atravessam o complexo campo educacional, tais como: natureza da função docente; autonomia e autoridade; organização e funcionamento do sistema educacional; neoliberalismo e políticas públicas ligadas à Educação Básica; história da educação; concepções de distintas realidades escolares; reflexões e tomadas de decisão quanto à escolha dos fins, objetivos e abordagens de ensino-aprendizagem; relações entre ciência, tecnologia e sociedade; organização do trabalho pedagógico; desenvolvimento afetivo e cognitivo do ser humano; bases computacionais da ciência; impacto das tecnologias da informação e da comunicação sobre o processo educativo; estudos sobre questões étnico-raciais e educação inclusiva e especial; língua brasileira de sinais (LIBRAS); perspectivas de pesquisas na área de educacional; entre outras. Pretende-se que o desenvolvimento destas disciplinas sejam laboratórios de imersão e experimentação da realidade concreta das instituições públicas de Educação Básica, promovendo, logo de início, a superação de algumas dicotomias comumente encontradas em cursos de formação de professores, radicadas, sobretudo, na contradição entre teoria e prática.

Em relação as disciplinas específicas da Licenciatura em Ciências Humanas, propicia-se ao/à licenciando(a) o contato e o aprofundamento em temáticas diversas e interdependentes da área de Ciências Humanas, considerando-se a criação de novas disciplinas que pretendem ampliar o domínio da área em relação às metodologias e práticas de ensino-aprendizagem, essenciais a um curso de formação de professores.

A novidade trazida para este curso refere-se a fato de que os domínios teórico-conceituais das Ciências Humanas serão ensinados e aprendidos em consonância com as discussões pedagógicas, metodológicas e práticas de ensino, o que está materializado na matriz curricular através de duas disciplinas de Laboratório de Práticas Integradoras e dos módulos de Estágio Supervisionado. Frise-se, aliás, que os Estágios Supervisionados são precocemente introduzidos no percurso formativo dos/das licenciandos(as), estando de acordo com os dispositivos legais que normatizam os estágios supervisionados dos cursos de formação de professores.

Em relação aos domínios teórico-conceituais das disciplinas obrigatórias e de opção limitada que compõem este segundo nível de formação, deve-se esclarecer que eles estão em

consonância com o que é legalmente exigido para atuação na área de Ciências Humanas nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme a normatização curricular prevista pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), segundo a qual a área de Ciências Humanas se apresenta reduzida aos componentes curriculares de História e Geografia. O recorte do domínio teórico-conceitual não será disciplinar, mas, sim, temático, tensionado pelo diálogo entre os conceitos de: espaço, tempo, relações sociais e de poder, produção de conhecimentos e saberes, sustentabilidade ambiental, entre outros, de modo a abarcar domínios distintos das Ciências Humanas, tais como História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Política, Epistemologia, etc.

Deste modo, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas se justifica na medida em que atende e expande o desafio interdisciplinar para organização curricular dos anos finais do Ensino Fundamental, na área de Ciências Humanas, incluindo interfaces com conhecimentos e saberes que foram esquecidos, silenciados e apagados do currículo oficial.

Em relação à proposta de inserção da reflexão histórica no âmbito da Licenciatura em Ciências Humanas esta será pautada pela perspectiva de ruptura com o eurocentrismo historiográfico e pela valorização dos processos de constituição político-cultural dos povos que vivenciaram a colonização ocidental. Deste modo, valoriza-se o ensino de História que permite a construção de um arcabouço de narrativas interpretativas sobre o transcorrer em sociedade que instrumentam para a reflexão crítica em sua experiência enquanto sujeitos históricos. As disciplinas estarão orientadas por um repensar das identidades, discursos e práticas que representam, em muitos aspectos historiográficos e culturais, o processo de subordinação vivenciado pelas Nações colonizadas pela Europa.

Neste sentido, as disciplinas do grupo temático de História estarão estruturadas pela discussão sobre este decurso, bem como pela concepção de descolonização do saber e poder, enquanto instrumentos de engajamento sócio-político-educacional. Complementa-se à essa reflexão a perspectiva de batalhas de memória em que percebemos grandes momentos de histórias diversas e plurais sendo esquecidas ou silenciadas. A visibilidade de tais histórias por meio de diferentes expressões de narrativas e identidades, diferentes das consideradas hegemônicas, traz um tom novo a essa discussão. Considera-se também que a promoção desta percepção se apresenta imprescindível para a compreensão e vivência da diversidade cultural, étnica, de gênero e educacional, desafio monumental no contexto de formação docente em História, especialmente àquela articulada à valorização dos sujeitos silenciados pela historiografia eurocentrada.

A proposta de inserção da reflexão geográfica no âmbito da Licenciatura em Ciências Humanas será pautada pela perspectiva de criar subsídios para a formação de professores de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental, perpassando um leque de disciplinas que têm o duplo objetivo de apresentarem o domínio teórico conceitual de temáticas que são preconizadas pelos currículos oficiais nessa etapa da Educação Básica, ao mesmo tempo em que pretendem criar perspectivas práticas e vivenciais de ensino-aprendizagem dos temas estudados. Neste sentido, a maioria das disciplinas temáticas carrega consigo um componente prático que visa estabelecer um diálogo imediato entre os conteúdos aprendidos e suas metodologias e práticas de ensino.

Valoriza-se o ensino de geografia na perspectiva de construir a compreensão sobre a interdependência e a coimplicação entre território, espaço, poder, sociedade e ambiente.

Dois estratégias são adotadas para cumprir esta finalidade. Em primeiro lugar, disciplinas que visam discutir, de modo amplo, as dinâmicas territoriais; fronteiras geográficas, políticas e geopolíticas; globalização, redes e blocos de poder; processos de regionalização e conceitos de região; divisão internacional e espacial do trabalho; identidades territoriais e multiterritorialidades e o estudo dos aspectos físico-naturais do território, etc. Em segundo, disciplinas que valorizam a perspectiva sociocultural do ensino de geografia, que se efetiva por meio de pesquisas e trabalhos de campo, que visam trazer à tona temas geradores do domínio teórico-conceitual da geografia, que possam ser úteis em reflexões críticas e na superação das situações-limite e das contradições territoriais, demográficas, econômicas, políticas, sociais, urbanísticas, industriais, agrícolas, ambientais etc. Neste sentido, pretende-se desenvolver um curso de formação de professores de Geografia comprometidos com a transformação social.

Para cumprir a meta de formar professores de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental propõem-se ainda disciplinas que construam uma base sólida dos domínios teórico-conceituais que constituem as complexas interfaces da Geografia Física, tais como: Geologia, Geomorfologia, Climatologia, Hidrologia, Biogeografia, Pedologia, incluindo também fundamentos de geodésia e da cartografia aplicados em situações de ensino-aprendizagem específicos para o universo escolar, considerando esta etapa da Educação Básica.

Com as perspectivas supracitadas acena-se com a possibilidade do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas formar professores que compreendam a complexidade e a interdependência entre território, espaço, poder, sociedade e ambiente, de

modo a possibilitar atuação com forte base teórico-conceitual, metodológica e prática na docência em Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental.

É preciso considerar que o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, através da sugestão gráfica de um perfil de formação, considerando disciplinas obrigatórias e de opção limitada, prevê interfaces e interconexões com os domínios teórico-conceituais referentes às disciplinas de Filosofia, Sociologia e Psicologia. Acredita-se que tanto uma base sólida dos domínios teórico-conceituais, quanto das metodologias e das práticas de ensino referentes aos componentes curriculares de Filosofia, Sociologia e Psicologia são imprescindíveis para composição e desenvolvimento do ensino de Ciências Humanas em uma perspectiva fortemente interdisciplinar e inclusiva. Observa-se ainda que da maneira como se configura o curso de Licenciatura em Ciências Humanas possibilita a incorporação de inúmeras outras licenciaturas específicas, as quais conferirão àqueles que cursarem este terceiro nível de formação, uma segunda titulação – permitindo a atuação no Ensino Médio.

No caso do terceiro nível de formação supramencionado, apesar de o Ensino Médio estar fora do escopo de atuação da Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), é possível reconhecer um novo salto de qualidade na formação, em relação ao modelo dos cursos de licenciatura vigentes na UFABC. Trata-se de lembrar a que a Lei nº 13.415/2017, promulgada em 16 de fevereiro de 2017, inclui o artigo 35-A, que vai complementar o artigo 35 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que passará a normatizar o currículo e o oferecimento do Ensino Médio por áreas do conhecimento: I- linguagens e suas tecnologias; II- matemática e suas tecnologias; III- ciências da natureza e suas tecnologias; IV- ciências humanas e sociais aplicadas.

Apesar do iminente risco de precarização do Ensino Médio devido ao oferecimento por áreas do conhecimento, de acordo com as possibilidades dos sistemas de ensino, é preciso destacar que a introdução do artigo 35-A na Lei nº 9.394/1996 e a nova redação do artigo 36 dada pela Lei nº 13.415/2017 criam novas demandas para os cursos de formação de professores, obrigando-os a se repensarem em favor de uma perspectiva interdisciplinar, que possa, desde o início, formar o(a) licenciando(a) para o ensino por áreas de conhecimento, e não mais para atuar em disciplinas específicas, como funcionava a organização do currículo do Ensino Médio até a promulgação da Lei nº 13.415/2017.

Neste sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), tendo por princípio oferecer uma sólida formação interdisciplinar na área de Ciências Humanas, representa uma inovação no modelo de curso de formação de professores, atendendo o

disposto pela Lei nº 13.415/2017, em relação ao novo modelo de organização curricular do Ensino Médio, no que tange à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Três outras inovações acompanham a proposta do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), sendo estas, a importância política, social e cultural da área de Ciências Humanas para a educação não formal e dos Direitos Humanos, a educação especial inclusiva e a valorização da pluralidade étnico-racial brasileira. Neste sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da UFABC prevê a inserção do âmbito da educação não formal e das discussões relativas aos Direitos Humanos de forma transversal ao conjunto de disciplinas e, mais especificamente, na criação de um grupo de disciplinas de opção limitada com temática centrada nestas questões.

Foi a Lei nº 9.394/1996 que abriu caminho para o reconhecimento dos processos educativos que ocorrem em espaços não formais, a partir da seguinte definição do artigo primeiro: "*A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais*" (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996, Art. 1º). Admitindo que ocorrem processos educativos para além da educação escolar e institucionalizada, a educação não formal foi lançada pela LDB agregando inúmeras dimensões (família, comunidade, movimentos sociais e culturais, organizações de trabalhadores etc.), relacionadas às práticas educativas que não ocorrem nas instituições formais de ensino.

Esta abertura dada pela LDB deu impulso para que, em 2003, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) representasse um marco do processo de construção de um significado profundamente político da educação não formal. Reiterando e ampliando as concepções e valores sociopolíticos da educação não formal, a versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2007, dá a seguinte definição:

Permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas, podendo ser compreendida como: a) qualificação para o trabalho; b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais; d) educação realizada nos meios de comunicação social; e) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas; e f) educação para a vida no sentido de garantir o respeito à

dignidade do ser humano. (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007, p. 43)

À luz das definições contidas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2007, deve-se compreender a educação não formal como:

a) mobilização e organização de processos participativos em defesa dos direitos humanos de grupos em situação de risco e vulnerabilidade social, denúncia das violações e construção de propostas para sua promoção, proteção e reparação; b) instrumento fundamental para a ação formativa das organizações populares em direitos humanos; c) processo formativo de lideranças sociais para o exercício ativo da cidadania; d) promoção do conhecimento sobre direitos humanos; e) instrumento de leitura crítica da realidade local e contextual, da vivência pessoal e social, identificando e analisando aspectos e modos de ação para a transformação da sociedade; f) diálogo entre o saber formal e informal acerca dos direitos humanos, integrando agentes institucionais e sociais; g) articulação de formas educativas diferenciadas, envolvendo o contato e a participação direta dos agentes sociais e de grupos populares. (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007, p. 44)

O conjunto destas definições e as inúmeras possibilidades de intervenção social criadas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos evidenciam a importância da área de Ciências Humanas assumir, em um curso interdisciplinar de formação de professores em Ciências Humanas, a atuação de seus licenciandos(as) nos processos sociopolíticos de educação não formal.

Para a devida implantação do sistema educacional inclusivo é necessária a garantia da formação inicial e continuada de professores que atuam na educação brasileira, de modo a garantir o aspecto transversal que envolve a educação especial inclusiva, além de cumprir a Meta nº 4 do Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2014 – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE e dá outras providências) que visa “universalizar, para a população de quatro a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços

especializados, públicos ou conveniados”. Entende-se, conforme a Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001, que são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos desse segmento aqueles que “[...] em sua formação de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para: “I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial”.

Desse modo, cabe à formação inicial dos professores capacitá-los para atuar nas classes comuns com alunos público-alvo da educação especial e inclusiva, conforme recomendações do ordenamento jurídico nacional, a despeito dos dados identificados no estudo de Monico, Morgado e Orlando (2018). Dentre seus resultados, aponta que os estudos encontrados se ativeram à análise dos conteúdos curriculares das licenciaturas e o conhecimento dos alunos no que diz respeito à disciplina de Libras. Há assim, indícios de que não se tem dado a devida atenção, por parte das instituições de educação superior, para a disciplina de educação especial inclusiva, apenas o cumprimento legal na área do ensino de Libras, por isso em nosso PPC a educação especial e inclusiva também ganha destaque.

Ademais, a estratégia 4.16 da meta 4 do PNE (Brasil, 2014) destaca, ainda, a urgência de garantir a inclusão, nos “cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2014). Como forma de corroborar tais argumentos, o Capítulo 4 da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2016) que tece sobre o direito à Educação, especificamente, no Art. 28, que “incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar”: “X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento”.

Além de todos os aspectos levantados uma formação que atenda a pluralidade étnico/racial do nosso país também será prioridade neste projeto pedagógico, em atenção as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que emendam a LDB no tocante a garantia nos conteúdos curriculares da história e cultura africana e afrodescendente e história e cultura indígena, respectivamente. Essa prioridade se justifica pela significativa contribuição cultural, filosófica, científica, econômica e social das populações autóctones, assim como aquelas oriundas do continente africano, que em 2015 compunham 54% da população, segundo dados do IBGE.

É importante ressaltar que o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) tem uma importantíssima missão social e educacional para que se cumpra a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que prevê: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (Plano Nacional de Educação (2014-2024), meta 6). Por educação integral, o PNE entende o acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, inclusive cultural e esportivo, de modo que o tempo de permanência na escola passe a ser igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o ano letivo.

Em relação ao oferecimento de educação integral, os dados do observatório para a meta 6 do PNE⁹, referente ao município de São Bernardo do Campo, são alarmantes: dos 383 estabelecimentos de Educação Básica, com total de 190.990 matrículas (2014), a porcentagem de matrículas na rede pública em tempo integral na Educação Básica é de apenas 2,6% (968 matrículas), sendo que esta taxa para o Ensino Fundamental, segundo dados de 2016, é de 7,7% (5.776 matrículas).

Estes dados evidenciam o impacto local do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) para o município de São Bernardo do Campo, o que possivelmente viabiliza um estreitamento dos laços entre a UFABC e a Secretaria Municipal de Educação, que poderá absorver profissionais da educação aptos para trabalharem junto a projetos, oficinas e ações para a implementação de uma educação integral de qualidade para o município.

⁹ Consultar o sitio do Observatório do PNE, para a meta 6, por localidade, no endereço: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/6-educacao-integral/dossie-localidades>

Referências

- BRASIL. Congresso Nacional. Lei 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.
- BRASIL. *Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*/coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim [et al.]. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.
- BRASIL. *Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 de março de 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação*. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação (PNE)*. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP n. 02/2015*, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 2 de julho de 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&Itemid=30192. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Lei 13.415/2017*, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, p. 1, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.

BRASIL. (2014). *Lei 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em:

<<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva>>.

Acesso em: 13 de mar. de 2018.

BRASIL. (2016). *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. 2016. Acesso em: 21 mar 2017.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. (2003) *LEI 10.639/2003*; Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em 23.mar. de 2019.

BRASIL (2008) *LEI 11.645/2008*. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 23 de mar. de 2019.

BRASIL. (2002). *LEI 10.436/2002*; Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais.

DECRETO. 5626, de 22 de dezembro de 2005.

DECRETO BR n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010. *Dispõe sobre o Programa Mais Educação*. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, n. 18-A, p. 8-12, 27 de janeiro de 2010. Edição extra, seção 1, p. 2-3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Aceso em 28 de fevereiro de 2018.

MONICO, P. A. M., Saraiva, L. A., & Orlando, R. M. (2018). Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: levantamento de produções. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(spe), 41-48.

PARECER DO N.º: CNE/CP 003/2004 do Conselho Nacional de Educação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, publicado como Resolução N° 1, de 17 de junho de 2004 em “Despacho do Ministro” no Diário Oficial da União em 19/5/2004.

Brasil. (1996). Lei n.º. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833.

UFABC. (2013). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022*. Acesso em 26 jan 2019. Disponível em: <http://propladi.ufabc.edu.br/images/PDI/livro_pdi.pdf>

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 OBJETIVO GERAL

Com respaldo na Lei no 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015 e na Base Nacional Comum Curricular, o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da UFABC tem por objetivo formar professores para atuar na Educação Básica, na área de Ciências Humanas, em especial no Ensino Fundamental II (Etapa do Ensino Fundamental: anos finais). Por sua matriz curricular com forte caráter interdisciplinar entre as Ciências Humanas, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) visa também formar professores para que se cumpra a nova exigência de organização curricular do Ensino Médio, por áreas de conhecimento, conforme preconizado pela Lei no 13.415/2017.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Em relação aos objetivos específicos do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), destacam-se:

- 1) Formar professores para atuarem em História e Geografia, que compõem a área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental II (Etapa do Ensino Fundamental: anos finais);
- 2) Garantir uma sólida formação interdisciplinar em Ciências Humanas, em consonância com suas metodologias e práticas de ensino, de modo a formar professores para atuação no Ensino Médio, junto à área normatizada pela Lei no 13.415/2017 como Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Ressalva-se que, neste caso, a formação deverá ser complementada com a opção por um curso pós-LCH (nível 3), que habilita a atuação no Ensino Médio (restrita à Licenciatura em Filosofia, até o momento);
- 4) Formar professores habilitados à temáticas que perpassam a educação não formal e os Direitos Humanos, prevendo sua atuação em situações de vulnerabilidade, precariedade e risco social, violação dos direitos humanos e reintegração social, com perspectivas de intervenção em espaços não formais, chamadas públicas, setor privado, instituições filantrópicas e terceiro setor, que desenvolvem ações socioeducativas, sobretudo no que se refere à criação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de projetos, oficinas e ações que contemplem práticas educativas e educação não formal.

5) Garantir uma formação de professores que dialogue com a diversidade étnico-racial brasileira, através de suporte teórico, como também, em práticas de inserção político-social do licenciando na realidade escolar. Este objetivo se articula com a proposta de reflexão histórica da descolonização dos saberes e poderes, rompendo com a perspectiva eurocêntrica nas narrativas históricas.

6 REQUISITO DE ACESSO

6.1 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O processo seletivo para os cursos de graduação da Universidade Federal do ABC é anual, através do Sistema de Seleção Unificado (SISU-MEC). As vagas oferecidas são preenchidas em uma única fase, utilizando o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)¹⁰.

Dentre as Políticas Institucionais Fundamentais da UFABC, consta a “Possibilidade de graduação em mais de um curso de formação específica, além do Bacharelado ou Licenciatura Interdisciplinar de ingresso” (UFABC, 2017, p. 51). Os cursos específicos de Licenciatura da UFABC estão vinculados a uma das duas Licenciaturas Interdisciplinares (LCNE e LCH), permitindo ao estudante definir um percurso acadêmico de formação em paralelo em uma Licenciatura Interdisciplinar e uma Licenciatura específica, caso deseje. Como as licenciaturas específicas conferem diplomação aos egressos, cada egresso terá possibilidade de obter, pelo menos, dois diplomas de graduação – um referente a uma licenciatura interdisciplinar e outro referente a uma licenciatura específica.

O Processo de Admissão por Transferência Facultativa da UFABC está regulamentado pela Resolução ConsEPE n° 174, de 24 de abril de 2014. Anualmente, através de edital específico, são oferecidas vagas remanescentes de transferência externa para os Bacharelados Interdisciplinares.

Há ainda a possibilidade de transferência obrigatória *ex officio*, prevista em normas específicas (Art. 99 da Lei 8.112, 11 dez. 1990; Art. 49 da Lei 9.394, 20 dez. 1996, regulamentada pela Lei 9.536, 11 dez. 1997; e Resolução ConsEPE n° 10, 22 abr. 2008).

6.2 REGIME DE MATRÍCULA

O ano letivo na UFABC é dividido em três quadrimestres. A matrícula dos estudantes ingressantes é efetuada automaticamente, conforme a Resolução ConsEPE n° 219, de 16 de março de 2017. Nos quadrimestres posteriores, o estudante deverá realizar sua matrícula indicando, antes do início de cada quadrimestre letivo, as disciplinas que deseja cursar no

¹⁰ Cf.: <<http://sisu.mec.gov.br/>>Acesso: abril de 2016>. Acesso: 06 abr. 2018.

período. O período de matrícula para o quadrimestre letivo é determinado pelo calendário acadêmico da UFABC.

Os estudantes podem solicitar ajustes de matrícula, que ocorrem em duas etapas, de acordo com o fluxo de matrículas em disciplinas de graduação. Após o início do período letivo, o estudante ainda poderá solicitar o cancelamento de matrícula em disciplinas.

Destaca-se que mesmo não havendo pré-requisitos para a matrícula em disciplinas, recomenda-se que o estudante procure seguir a matriz sugerida no projeto pedagógico do curso. A partir do segundo quadrimestre, o estudante deve atentar aos prazos máximos para progressão, integralização e jubilação nos cursos de graduação e aos critérios de desligamento, regulamentados pela Resolução ConsEPE nº 166, de 8 de outubro de 2013.

7 PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas estará apto a se inserir profissionalmente como docente na Educação Básica, ministrando aulas de História e Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental, tanto na rede pública de ensino quanto na rede privada. Este profissional também estará apto para atuar na área de Ciências Humanas do Ensino Médio, caso realize a formação no terceiro nível proposto, ou seja, um curso pós-LCH.

Levando-se em consideração as competências gerais estabelecidas para a formação de professores constantes nos Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares, no Parecer INEP 253, de 2 de junho de 2014, e na Resolução CNE/CP nº 2, de 1 julho de 2015, vislumbram-se algumas capacidades esperadas do egresso de Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC.

Na dimensão sociopolítica, ter consciência da importância social da sua profissão e do sentido público da docência; ter postura crítica face a sua realidade social e participar das tomadas de decisões a respeito dos rumos da sociedade como um todo, lidando com questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade. O licenciado poderá promover uma prática educativa que identifique e leve em conta as características de seu meio de atuação, suas necessidades e desejos, bem como poderá envolver-se na comunidade escolar por meio de ações colaborativas.

Na dimensão pedagógica, espera-se que o egresso possa atuar de modo a reconhecer e considerar a complexidade do fenômeno educativo, transformando seus conhecimentos acadêmicos específicos em conhecimentos didáticos, pedagógicos e escolares, úteis para a vida dos discentes. O egresso poderá atuar em diferentes contextos de seu âmbito profissional, fazendo uso de recursos técnicos, materiais didáticos e metodológicos variados, estando habilitado para enfrentar os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão ao adotar uma atitude de pesquisa baseada na ação-reflexão-ação sobre a sua própria prática, em prol do seu aperfeiçoamento e da aprendizagem dos alunos.

Na dimensão pessoal e profissional, supõe-se que o egresso saiba gerenciar seu desenvolvimento profissional, formulando e propondo soluções a problemas das Ciências Humanas que emanam dos diversos campos do conhecimento. Espera-se que saiba dar vazão ao exercício da crítica na promoção integral da cidadania e do respeito à pessoa, conforme a tradição de defesa dos direitos humanos. Deverá possuir a capacidade crítica para analisar os

seus próprios conhecimentos, assimilar os novos conhecimentos e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico, político. É necessário também que acompanhe as rápidas mudanças tecnológicas oferecidas pela interdisciplinaridade. Por fim, presume-se que tenha habilidades que o capacitem para o desenvolvimento de recursos didáticos e instrucionais relativos à sua prática e avaliação da qualidade do material disponível no mercado, além de estar preparado para atuar como pesquisador.

Nesses termos, pretende-se que o egresso da Licenciatura em Ciências Humanas tenha uma formação alicerçada na experimentação intensiva da vida escolar e de espaços educativos diversos, sendo capaz de produzir vivências e encontros significativos e criar reinvenções dos modos usuais e clichês de ver, perceber, vivenciar, ler e interpretar a escola, a educação e o próprio processo formativo.

Espera-se que o egresso tenha como competência, em relação à comunicação e expressão, a identificação e busca por fontes de informações relevantes para a área de Ciências Humanas, inclusive as disponíveis nas modalidades eletrônica e remota, que possibilitem a contínua atualização técnica, científica, humanística e pedagógica. Dando a devida importância à leitura, compreensão e interpretação de textos científico-tecnológicos.

Por fim, poderá também o egresso da Licenciatura em Ciências Humanas prosseguir sua formação realizando estudos de pós-graduação na própria UFABC ou em outras instituições, que lhe possibilitarão o exercício de atividades docentes e de pesquisa em instituições de ensino superior.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os seguintes documentos são utilizados para a fundamentação legal do curso:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. *Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares*. 2010.

Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/bachareladosinterdisciplinares_referenciais-orientadores-novembro_2010-brasilia.pdf. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer CNE/CES n° 266*, de 5 jul. 2011.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16418&Itemid=866. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm
Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução n° 1, de 17 de junho de 2004*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Parecer CNE/CP n° 003, de 10 mar. 2004*.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução n° 1, de 30 de maio de 2012*. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866. Acesso em 30 de junho de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 04/04/2019

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002*. Regulamenta a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. *Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007*. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>. Acesso em 30 de junho de 2016.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Resolução n° 1, de 17 de junho de 2010*. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid. Acesso em 30 de junho de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n° 5.622*. Regulamenta o art. 80 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622compilado.htm

Acesso em 30 de junho de 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Projeto Pedagógico**. Santo André, 2017.

Disponível em:

http://www.ufabc.edu.br/images/consuni/atos_decisorios/ato-decisorio-150-revisao-do-projeto-pedagogico-institucional.pdf (Ver Anexo no Ato Decisório). Acesso em 04/04/2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Santo André, 2013.

Disponível em:

http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7880%3Aresolucao-consuni-no-112-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-2013-2022&catid=226%3Aconsuni-resolucoes&Itemid=42. Acesso em 04/04/2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Manual do Aluno**. Santo André, 20XX.

Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/manual_aluno_2015.pdf (obs: referenciar o manual mais atual em relação ao ano de elaboração do PPC).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 jul. 2010*.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília, 2017.

Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 15/2017, aprovado em 15 de dezembro de 2017. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78631-pcp015-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 de maio de 2019.

8.2 REGIME DE ENSINO

A Licenciatura em Ciências Humanas é um curso interdisciplinar e contempla disciplinas comuns à Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas, em uma estrutura quadrimestral que possibilita organizações curriculares flexíveis, de modo que o estudante pode traçar sua trajetória acadêmica de forma autônoma, responsável e de acordo com seus próprios interesses.

O estágio curricular supervisionado enquanto componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas também é contemplado, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

A prática pedagógica é contemplada não somente nos estágios supervisionados, mas também nas diferentes disciplinas pedagógicas e específicas, que possibilitam que o licenciando possa atuar nos anos finais do Ensino Fundamental.

O regime de ensino é quadrimestral e o prazo sugerido para a integralização do curso de Licenciatura em Ciências Humanas é de 12 quadrimestres (4 anos letivos).

Em face aos objetivos gerais e específicos do curso, e observando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, e na Resolução CNE/CP nº 2 de 1 julho de 2015, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC está estruturado de acordo com os seguintes núcleos formativos (e articulações):

Núcleo I: núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais. Neste núcleo articulam-se:

a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

- b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;
- e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizados pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;
- i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
- l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

Núcleo II: de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportuniza, entre outras possibilidades:

- a) estudo dos conteúdos específicos de História e Geografia, bem como sua articulação com as áreas de Filosofia, Sociologia e Psicologia.
- b) valorização das discussões transversais das áreas de Educação em Direitos Humanos, da Educação não formal e da Educação inclusiva.
- c) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
- d) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- e) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.
- f) aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Núcleo III: de estudos integradores para enriquecimento

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Ainda segundo a Resolução CNE/CP nº 2, 1 jul. 2015, os cursos de formação inicial do magistério da Educação Básica em Nível Superior devem ter, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 4 (quatro) anos, compreendendo:

I – 400 (quatrocentas) horas de **prática como componente curricular**, distribuídas ao longo do processo formativo;

II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao **estágio supervisionado**, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às **atividades formativas** estruturadas pelos núcleos I e II e suas articulações;

IV – 200 (duzentas) horas de **atividades teórico-práticas** de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo III, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, dentre outras atividades afins.

As considerações legais supracitadas orientam a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, a qual contempla os três núcleos formativos supra referidos e busca garantir, através de disciplinas obrigatórias e de disciplinas de opção limitada, a formação nos fundamentos e metodologias relacionados aos fundamentos da educação; a formação na área de políticas públicas e gestão da educação considerando seus fundamentos e metodologias; a promoção da discussão de direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero e sexual e a questão ambiental; a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, além de disciplinas específicas às áreas do conhecimento histórico e geográfico.

Em busca da concretização destes princípios, o regime de ensino conta com estratégias que valorizam a relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos para o desenvolvimento dos conhecimentos e saberes profissionais necessários à docência.

Finalmente, o estágio curricular supervisionado, enquanto componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, apresenta-se como uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática profissional e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Segue, nos próximos tópicos, o detalhamento da proposta curricular para o curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC.

8.3 ESTRUTURA GERAL

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC pretende oferecer um currículo diferenciado, tendo como características fundamentais uma formação diversificada

e ampla com relação aos conhecimentos da área de Ciências Humanas, bem como uma preocupação com a práxis docente desde o início do curso.

Independente do desenho da matriz curricular, que é bastante flexível para os cursos de licenciatura da UFABC, há obrigatoriamente um conjunto mínimo de créditos (Quadro 1) a serem cumpridos para a conclusão de Licenciatura em Ciências Humanas, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015.

Quadro 1 – Integralização em créditos e horas do curso de Licenciatura em Ciências Humanas

Componentes curriculares	Créditos	Horas	
Disciplinas obrigatórias (exceto práticas como componentes curriculares)	65	780h	2196h
Opção limitada (exceto práticas como componentes curriculares)	80	960h	
Livres	38	456h	
Práticas como componentes curriculares em disciplinas obrigatórias	23	276h	420h
Práticas como componentes curriculares em disciplinas de opção limitada	12	144h	
Estágio supervisionado		400	
Atividades teórico práticas		200	
Total		3216h	

A Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015, prevê 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo III, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, dentre outras atividades afins (cf. Item 10 deste Projeto Pedagógico).

8.4 DISCIPLINAS

A UFABC considera três possíveis naturezas para as disciplinas de seus cursos de graduação: obrigatória, opção limitada e livre.

As disciplinas são identificadas como Nome da disciplina (T – P – I), onde:

- T indica o número de horas semanais de aulas teóricas presenciais;
- P indica o número médio de horas semanais presenciais de trabalho de laboratório, aulas práticas ou aulas de exercícios;
- I indica uma estimativa de horas semanais adicionais de trabalhos e estudos extraclasse, necessárias para o bom aproveitamento da disciplina.

A contagem dos créditos é feita pela somatória entre os números correspondentes à T e P, e cada crédito equivale a doze horas (12) de aulas e atividades.

Os componentes curriculares apresentados no Quadro 1 são explicitados em detalhes nos quadros que seguem (sendo que as disciplinas obrigatórias pertencem ao grupo de disciplinas que devem necessariamente ser cursadas com aprovação para a integralização do curso). O quadro 2 apresenta as disciplinas compartilhadas entre LCNE e LCH; sendo o quadro 3 referente às disciplinas específicas da LCH. Os quadros 4 a 8 apresentam os conjuntos de disciplinas de opção limitada por grupo temático, conforme exposto abaixo.

Das disciplinas abaixo relacionadas, aquelas assinaladas com * referem-se às novas criadas no âmbito deste projeto ou às já existentes que estão sendo ajustadas. O detalhamento destas ementas encontra-se no anexo 1 do presente documento. Todas as demais disciplinas estão propostas conforme o catálogo da UFABC disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/catalogo_disciplinas_graduacao_2016_2017.pdf.

8.4.1. Disciplinas Obrigatórias

As disciplinas obrigatórias para o curso de LCH estão apresentadas nos quadros 2 e 3, perfazendo o total de 88 créditos (1056 horas).

Quadro 2 - Disciplinas obrigatórias compartilhadas entre as Licenciaturas Interdisciplinares

Código	Nome	T	P	I	Créditos
BIR0603-15	Ciência, Tecnologia, Sociedade	3	0	4	3
NHI5001-15	Desenvolvimento e Aprendizagem	4	0	4	4
NHZ5023-18	Práticas Escolares em Educação Especial e Inclusiva	2	2	4	4

BIS0005-15	Bases Computacionais da Ciência	0	2	2	2
NHZ2099-16	Tópicos Contemporâneos em Educação e Filosofia	4	0	4	4
BIJ0207-15	Bases Conceituais da Energia	2	0	4	2
BIQ0602-15	Estrutura e Dinâmica Social	3	0	4	3
NHI5011-13	Políticas Educacionais	3	0	3	3
NHI5015-15	Libras	4	0	4	4
NHZ5016-15	História da Educação	4	0	4	4
NHZ5019-15	Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação	3	0	3	3
BIR0004-15	Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	3	0	4	3
BHQ0002-15	Estudos Étnicos Raciais	3	0	4	3
NHI5002-15	Didática	4	0	4	4
	Metodologias de Pesquisa em Educação*	2	0	4	2
TOTAL					48 (576h)

Quadro 3 - Disciplinas específicas da Licenciatura em Ciências Humanas

Código	Nome	T	P	I	Créditos
ESHT007-17	Estudos do Meio Físico	4	0	4	4
BHS0002-17	Diálogos Interdisciplinares Gênero	4	0	4	4
BHO0102-15	Desenvolvimento e Sustentabilidade	4	0	4	4
BHQ0003-15	Interpretações do Brasil	4	0	4	4
BHQ0301-15	Território e Sociedade	4	0	4	4
BHP0001-15	Ética e Justiça	4	0	4	4
	História, Eurocentrismo e Pós-Colonialismo*	4	0	4	4
	Teoria da História I*	4	0	4	4

	Laboratório de Práticas Integradoras I* (PCC)	0	4	4	4
	Laboratório de Práticas Integradoras II* (PCC)	0	4	4	4
TOTAL					40 (480h)

Em relação as disciplinas de práticas como componentes curriculares, sendo estas as obrigatórias: “Práticas Escolares em Educação Especial e Inclusiva” (4 créditos), “Desenvolvimento e Aprendizagem” (4 créditos), “Didática” (4 créditos), “Políticas Educacionais” (3 créditos) e Laboratório de Práticas Integradoras I e II (4 créditos cada laboratório), totalizando 23 créditos (276 horas) neste quesito.

A fim de totalizar as 420 horas de práticas como componentes curriculares exigidas, o estudante deverá integralizar 12 créditos (144 horas) por meio de disciplinas de opção limitada do grupo temático “Práticas de Ensino”.

8.4.2. Disciplinas de Opção Limitada e Opção Livre

As disciplinas de opção limitada são aquelas obrigatórias dos demais cursos de licenciatura da UFABC, bem como outras disciplinas relacionadas a aspectos relevantes para a formação do professor da Educação Básica que são explicitadas no decorrer da presente seção.

As disciplinas de opção limitada estão organizadas em grupos temáticos, em conformidade com os eixos do conhecimento a que se vinculam, sendo eles: 1. Grupo Temático de História, 2. Grupo Temático de Geografia, 3. Grupo temático de Filosofia, Sociologia e Psicologia; 4. Grupo Temático de Educação em Direitos Humanos e 5. Grupo Temático de Práticas em Ensino. Os grupos consideram, de um lado, a função para a formação acadêmica e profissional quanto ao ensino e, de outro, a possibilidade de estender a interdisciplinaridade transcendendo a matriz curricular obrigatória. A composição de cada grupo e a correspondente escolha de disciplinas por parte do estudante permite avançar na constituição de perspectivas transversais e interdisciplinares para a formação do licenciando.

O aluno deverá cursar 22 créditos em disciplinas dos grupos temáticos 1, 2 e 3, e 12 créditos em disciplinas dos grupos 4 e 5. Em seguida, apresenta-se a descrição dos grupos de disciplinas de opção limitada e, possivelmente, das disciplinas livres.

Grupo Temático 1: História – 22 créditos

Quadro 4 - Disciplinas do Grupo Temático História

Código	Nome	T	P	I	Créditos
ESHR006-13	Formação Histórica da América Latina	4	0	4	4
ESHC018-17	Formação Econômica do Brasil	4	0	4	4
ESZP035-14	Atores e instituições no regime militar: 1964-1985	4	0	4	4
ESZU029-17	História da Cidade e do Urbanismo	4	0	4	4
NHZ3060-09	Nascimento e Desenvolvimento da Ciência Moderna	4	0	4	4
ESHR027-14	Trajetórias Internacionais do Continente Africano	4	0	4	4
BHO0001-15	Introdução às Humanidades e Ciências Sociais	2	0	4	2
BHO1101-15	Introdução à Economia	4	0	4	4
BHO1335-15	Formação do Sistema Internacional	4	0	4	4
BHO0002-15	Pensamento Econômico	3	0	4	3
BHS0001-15	Práticas em Ciências e Humanidades	2	2	4	4
BHO0101-15	Estado e relações de poder	4	0	4	4
MCTD010-18	História da Matemática	4	0	4	4
NHZ2044-11	História das Ciências no Brasil	4	0	4	4
	Diversidades e cultura no mundo ocidental*	4	0	4	4
	História Cultural*	4	0	4	4
	Afro-brasileira: relações étnico-raciais*	4	0	4	4

	Metodologia em História *	4	0	4	4
	História, Patrimônio e Memória*	4	0	4	4
	Antiguidade*	4	0	4	4
	Europa Medieval: Cultura, Política e Sociedade*	4	0	4	4
	Europa Moderna e Contemporânea: Cultura e Processos Políticos*	4	0	4	4
	Colonialismo ibérico *	4	0	4	4
	América Portuguesa*	4	0	4	4
	Brasil Independente*	4	0	4	4
	História dos povos indígenas brasileiros *	4	0	4	4
	Ásia: Cultura e Processos Sócio-Políticos*	4	0	4	4
	Ensino Interdisciplinar de História*	4	0	4	4
TOTAL OFERTADO PELO CURSO					109 (1308)
Mínimo cursado pelo(a) discente					22 (264h)

Grupo Temático 2: Geografia - 22 créditos

Quadro 5 - Disciplinas do grupo temático Geografia

Código	Nome	T	P	I	Créditos
ESHT019-17	Planejamento e política rural	4	0	4	4
ESHT002-17	Cartografia e Geoprocessamentos para o Planejamento Territorial	2	3	3	3
ESZU035-17	Geomorfologia	2	1	3	3

ESTU027-17	Fundamentos de Geologia para engenharia	2	1	2	3
ESZT016-17	Urbanização Brasileira	4	0	4	4
ESZT017-17	Dinâmicas territoriais e relações Étnico-raciais no Brasil	4	0	4	4
ESHT005-17	Economia do Território	4	0	3	4
ESHT003-17	Demografia	4	0	4	4
ESHT025-17	Desenvolvimento econômico e social do Brasil	4	0	4	4
ESHT023-17	Sociologia dos Territórios	4	0	4	4
ESHR007-14	Geografia Política	4	0	4	4
ESTU023-17	Biomass Brasileiros	2	1	3	3
ESZU017-17	Sensoriamento remoto	1	3	2	4
ESZU024-17	Clima urbano	3	1	4	4
BIS0003-15	Bases matemáticas	4	0	5	4
BIK0102-15	Estrutura da matéria	3	0	4	3
BIL0304-15	Evolução e diversificação da vida na terra	3	0	4	3
BIN0406-15	Introdução à probabilidade e à estatística	3	0	4	3
	Geografia das indústrias e movimentos operários no ABC*	4	0	4	4
	Fundamentos do ensino de Geografia*	4	0	4	4
	Metodologia do Ensino de Geografia*	4	0	4	4
	Região e Regionalização*	4	0	4	4
	Cartografia escolar e inclusiva*	4	0	4	4
	Geografia Urbana*	4	0	4	4

	História do Pensamento Geográfico*	4	0	4	4
	Geografia Agrária*	4	0	4	4
TOTAL OFERTADO PELO CURSO					97 (1164)
Mínimo cursado pelo(a) discente					22 (264h)

Grupo Temático 3: Filosofia, Sociologia e Psicologia - 22 créditos

Quadro 6: Disciplinas do grupo temático Filosofia, Sociologia e Psicologia

Código	Nome	T	P	I	Créditos
NHH2007-13	Estética	4	0	4	4
NHH2085-16	Filosofia da Arte	4	0	4	4
NHH2019-13	Filosofia da Linguagem	4	0	4	4
NHH2026-13	Filosofia no Brasil e na América Latina	4	0	4	4
NHH2028-13	Filosofia política	4	0	4	4
NHH2009-13	Ética	4	0	4	4
NHH2032-13	História da Filosofia Antiga: Aristóteles e o aristotelismo	4	0	4	4
NHH2033-13	História da Filosofia Antiga: Platão e o platonismo	4	0	4	4
NHH2034-13	História da Filosofia Contemporânea: o Século XIX	4	0	4	4
NHH2035-13	História da Filosofia Contemporânea: o século XX	4	0	4	4
NHH2086-16	História da Filosofia Medieval: do século IV ao X	4	0	4	4
NHH2087-16	História da Filosofia Medieval: do século XI ao XIV	4	0	4	4

NHH2040-13	História da Filosofia Moderna: o Iluminismo e seus desdobramentos	4	0	4	4
NHH2041-13	História da Filosofia Moderna: perspectivas racionalistas	4	0	4	4
NHI2049-13	Lógica Básica	4	0	4	4
NHH2065-13	Problemas Metafísicos: Perspectivas Modernas	4	0	4	4
NHH2073-13	Teoria do Conhecimento: Empirismo versus Racionalismo	4	0	4	4
NHH2023-16	Filosofia do Ensino de filosofia	4	0	4	4
NHH2017-16	Filosofia da Educação	4	0	4	4
NHZ2027-16	Filosofia no Ensino Fundamental	4	0	4	4
BHP0201-15	Temas e Problemas em Filosofia	4	0	4	4
ESHP005-13	Conflitos Sociais	4	0	4	4
MCTC011-15	Psicologia Cognitiva	4	0	4	4
MCTC002-15	Introdução à Neurociência	4	0	5	4
	Sociologia da educação*	4	0	4	4
	Socialização e sociabilidade na sociedade contemporânea*	4	0	4	4
	Psicologia do Desenvolvimento: Infância, juventude, Vida adulta e envelhecimento*	2	0	2	4
	Psicologia da Educação: Aprendizagem*	2	0	2	4
TOTAL OFERTADO PELO CURSO					112 (1344)
Mínimo cursado pelo(a) discente					22 (264h)

Grupo Temático 4: Educação em Direitos Humanos - 12 créditos

Quadro 7 - Disciplinas do grupo temático Educação em Direitos Humanos

Código	Nome	T	P	I	Créditos
BHO0101-15	Estado e Relações de Poder	4	0	4	4
BHQ0001-15	Identidade e Cultura	3	0	4	3
BHP0202-15	Pensamento Crítico	4	0	4	4
ESZP029-13	Movimentos Sindicais, Sociais e Culturais	4	0	4	4
ESZP031-13	Tecnologias Sociais	4	0	4	4
ESZP008-13	Políticas Públicas de Gênero, Etnia e Geração.	4	0	4	4
ESH004-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades.	4	0	4	4
MCTD025-18	Educação Inclusiva	2	0	2	2
NHT5014-18	Política, Educação e Surdez	4	0	2	4
ESZP022-13	Gestão de Projetos Culturais	4	0	4	4
ESZP035-14	Atores e instituições no regime militar – 1964/1985	4	0	4	4
NHZ2093-16	Corpo, Sexualidade e Questões de Gênero	4	0	4	4
NHH2010-13	Ética: Perspectivas Contemporâneas	4	0	4	4
ESH013-13	Introdução ao Direito Constitucional	4	0	4	4
ESZR006-13	Dinâmica e Desafios dos Processos Migratórios	4	0	4	4
ESZP018-13	Ensino Superior no Brasil: Trajetórias e Modelos Institucionais	4	0	4	4
	Educação em Direitos Humanos*	4	0	4	4

	Oficina em Cultura, Arte e Educação*	2	2	4	4
	Relação família-escola na inclusão escolar*	2	0	2	2
	Educação Não Formal, Informal e Popular*	2	2	4	4
TOTAL OFERTADO PELO CURSO					75 (900)
Mínimo cursado pelo(a) discente					12 (144h)

Grupo Temático 5: Práticas em Ensino - 12 créditos

Quadro 8 - Disciplinas do grupo temático Práticas em Ensino

Código	Nome	T	P	I	Créditos
NHH2088-16	Práticas de Ensino de Filosofia: Currículos	4	0	4	4
NHH2089-16	Práticas de Ensino de Filosofia: Metodologias	4	0	4	4
NHH2090-16	Práticas de Ensino de Filosofia: Programas de Ensino	4	0	4	4
NHZ2092-16	Arte e Ensino	4	0	4	4
NHZ5022-18	Práticas em Libras	0	4	2	4
	Práticas de Ensino de Geografia: Currículos *	4	0	4	4
	Práticas de Ensino de Geografia: Metodologias *	4	0	4	4
	Práticas de Ensino de Geografia: Programas de Ensino *	4	0	4	4
	Práticas de Ensino de História: Currículos *	4	0	4	4
	Práticas de Ensino de História: Metodologias *	4	0	4	4

	Práticas de Ensino de História: Programas de Ensino*	4	0	4	4
	Prática em Museus, Arquivos e Bens Culturais. *	4	0	4	4
	Prática em Educação e Direitos Humanos *	4	0	4	4
TOTAL OFERTADO PELO CURSO					52 (624h)
Mínimo cursado pelo(a) discente					12 (144h)

8.5 MATRIZ CURRICULAR SUGERIDA

No quadro abaixo é apresentada a matriz curricular sugerida, destacando-se as disciplinas obrigatórias:

1Q 19 créditos	BIR0603-15 Ciência, Tecnologia e Sociedade [LI/BI] (3-0-4)	NHI5001-15 Desenvolvimento e Aprendizagem [LI] (4-0-4)	NHZ5023-18 Práticas escolares em educação especial e inclusiva [LI] (2-2-4)	BIJ0207-15 Bases Conceituais da Energia [LI/BI] (2-0-4)	BIS0005-15 Bases Computacionais da Ciência [LI/BI] (0-2-2)	NHZ2099-16 Tópicos Contemporâneos em Educação e Filosofia [LI] (4-0-4)
2Q 20 Créditos	BIQ0602-15 Estrutura e Dinâmica Social [LI/BI] (3-0-4)	NHI5011-13 Políticas Educativas [LI] (3-0-3)	NHI5015-15 Libras [LI] (4-0-4)	NHZ5016-15 História da Educação [LI] (4-0-4)	NHZ5019-15 Tecnologias da Informação e Comunicação na Educ. [LI] (3-0-3)	BIR0004-15 Bases Epistemológicas da Ciência Moderna [LI/BI] (3-0-4)

3Q¹¹ 17 Créditos	BHQ0002-15 Estudos Étnicos- raciais [LI/BCH] (3-0-4)	NHI5002-15 Didática [LI] (4-0-4)	*Metodologias de Pesquisa em Educação [LI] (2-0-4)	BHQ0301-15 Território e Sociedade [LCH/BCH] (4-0-4)	BHS0002-17 Diálogos Interdisciplina- res - Gênero [LCH/BCH] (4-0-4)	
4Q 20 Créditos	ESHT007-17 Estudos do Meio Físico [LCH-BPT] (4-0-4)	BHQ0003-15 Interpretações do Brasil [LCH/BCH] (4-0-4)	* História, Eurocentrismo e Pós- Colonialismo [LCH] (4-0-4)	BHO0102-15 Desenvolvimen- to e Sustentabilidad e [LCH/BCH] (4-0-4)	* Laboratório de Práticas Integradoras II* [LCH] (0-4-4)	
5Q 20 Créditos	* Laboratório de Práticas Integradoras I [LCH] (0-4-4)	BHP0001-15 Ética e Justiça (4-0-4) [LCH/BCH]	*Teoria da História I [LCH] (4-0-4)	OP	OP	
6Q 20 créditos	OP	OP	OP	OP	OP	
7Q 18 créditos	OP	OP	OP	OP		
8Q 18 créditos	OP/L	OP/L	OP/L	OP/L		Estágio Supervisionado em CH I (80 horas)
9Q 16 créditos	OP/L	OP/L	OP/L	OP/L		Estágio Supervisionado em CH II (80 horas)
10Q 16 créditos	OP/L	OP/L	OP/L	OP/L		Estágio Supervisionado em CH III (80 horas)
11Q 16 créditos	OP/L	OP/L	OP/L	OP/L		Estágio Supervisionado em CH IV (80 horas)
12Q 16 créditos	OP/L	OP/L	OP/L	OP/L		Estágio Supervisionado em CH V (80 horas)

¹¹Possibilidade de inserção da disciplina BCL0306-15 Biodiversidade: interações entre organismos e ambiente (3-0-4) neste quadrimestre, sem prejuízo expressivo à carga didática do curso. Outra possibilidade seria a reorganização das disciplinas de Laboratório de Práticas Integradoras e inserção, no 4º. quadrimestre, da disciplina BIL0304-15 Evolução e Diversificação da Vida na Terra (3-0-4).

O primeiro conjunto de disciplinas obrigatórias comuns a todos os ingressantes das Licenciaturas Interdisciplinares, indicadas na matriz por “[LI]”, visa proporcionar uma formação didática e pedagógica geral relativa às temáticas fundamentais associadas à formação docente, tais como: a natureza da função docente, a estruturação do sistema educacional, as políticas públicas voltadas para a educação escolar, as distintas realidades escolares, as relações entre escola e sociedade, a organização do trabalho pedagógico na escola, o desenvolvimento cognitivo do ser humano e perspectivas para a realização de pesquisas na área educacional. Este primeiro conjunto de disciplinas sugeridas constitui os dois primeiros quadrimestres integralmente e parte do terceiro quadrimestre. Nesse conjunto há o compartilhamento de certas disciplinas com os Bacharelados Interdisciplinares, indicadas por “[BI/LI]”.

O segundo conjunto, obrigatório aos estudantes da Licenciatura em Ciências Humanas, é indicado na matriz por “[LCH]” e tem por objetivo propiciar uma abordagem interdisciplinar de temas que são objetos de estudo das Ciências Humanas, valorizando reflexões teóricas que embasam a formação do professor de História e Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental II. Nesse conjunto, há o compartilhamento de disciplinas com o Bacharelado em Ciências e Humanidades, indicadas por “[BCH/LCH]” e com o curso de Bacharelado em Planejamento Territorial “[LCH/BPT]”.

A partir do quinto quadrimestre o aluno inicia o curso das disciplinas de opção limitada e livres, agregando a sua formação discussões específicas ao conhecimento histórico, geográfico e filosófico, como, ainda, fomentando a interdisciplinaridade nestas áreas e naquelas que possibilitam o diálogo transversal dos conteúdos específicos com as áreas de Educação em Direitos Humanos e Educação não formal, os estudos étnico-raciais e a Educação Inclusiva.

8.6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Os cursos de licenciatura da UFABC oferecem uma matriz curricular diversificada, que tem como objetivo proporcionar uma formação ampla e interdisciplinar com relação ao conhecimento das Ciências Humanas e suas articulações com o ensino, a pesquisa e as atividades extracurriculares. As metodologias adotadas nas disciplinas buscam estimular a interação professor-aluno na mediação dos conhecimentos. Diferentes estratégias e metodologias são contempladas no sentido de instigar intelectualmente os estudantes para

que se tornem participantes ativos e autônomos na construção de seu conhecimento. Somado às disciplinas, o licenciando tem ainda oportunidade de vivenciar a experiência docente em outros ambientes de educação (museus, editoras, ONGs, jornais, etc.) por meio de atividades desenvolvidas durante o curso e os estágios supervisionados. Assim, a perspectiva de atuação para o egresso dos cursos de licenciatura da UFABC não se restringe à escola básica, embora seja este o campo premente de demanda deste tipo de profissional.

Em suma, no planejamento e desenvolvimento dos componentes curriculares, recomenda-se especial atenção para:

- Integrar descobertas recentes das pesquisas às práticas de ensino;
- Utilizar práticas de ensino inovadoras e criativas, resultantes de pesquisas recentes na área e do incentivo à capacitação contínua do corpo docente;
- Utilizar experiências de extensão e cultura para gerar novos temas de pesquisa e novas práticas de ensino;
- Fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para desenvolver novas práticas de ensino, em um contexto social onde a aprendizagem e o acesso à informação tornam-se ubíquos;
- Promover e valorizar a elaboração de material didático inovador próprio, consistente com o regime quadrimestral e com as novas metodologias de ensino, para atender as disciplinas;
- Promover e valorizar a elaboração de material para divulgação científica e democratização do conhecimento.

9 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO

A UFABC possui diversos projetos e ações acadêmicas complementares à formação do estudante. Eles são viabilizados pela própria instituição e podem auxiliar, em certos casos, inclusive a completar as horas de atividades teórico-práticas (previstas no Art. 12, *inciso* III da Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015) necessárias à obtenção do título de licenciado (conforme item 10 deste documento). Dentre as atividades acadêmicas complementares à formação do estudante, destacam-se:

- **PEAT – Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial.** Tem como objetivo promover a adaptação do aluno ao projeto acadêmico da UFABC, orientando-o para uma transição tranquila e organizada do Ensino Médio para o Superior, em busca de sua independência e autonomia e a fim de torná-lo realizador de sua própria formação. O tutor é um docente dos quadros da UFABC que será responsável por acompanhar o desenvolvimento acadêmico do aluno e orientá-lo em questões pertinentes à gestão de sua vida acadêmica na UFABC. Será seu conselheiro, a quem deverá recorrer quando houver dúvidas a respeito de escolha de disciplinas, trancamento, estratégias de estudo etc. Disponível em: <<http://prograd.ufabc.edu.br/peat>>.
- **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico (PADA) da UFABC.** Este programa desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação prevê, dentre outras atribuições, prestar orientações referentes a estudo, matrícula e matrizes curriculares dos Cursos Interdisciplinares. Tem como objetivos identificar fatores que interferem no desempenho acadêmico dos estudantes, bem como valores de índices de desempenho acadêmico e de reprovação, evasão, desligamento, cancelamento de disciplinas, trancamento de matrícula e condição para integralização de cursos, permitindo a detecção precoce dos alunos com potencial dificuldade acadêmica.
- **Projeto Monitoria Acadêmica.** A Monitoria Acadêmica compreende uma atividade formativa de ensino que visa propiciar apoio acadêmico aos estudantes da Graduação da UFABC; despertar a docência no estudante monitor, bem como estimular a responsabilidade, autonomia, cooperação e empenho nas atividades acadêmicas. Objetiva-se, igualmente, a interação entre discentes e docentes e o auxílio no

desenvolvimento das atividades didáticas dos cursos de graduação, promovendo ações voltadas para a melhoria do aprendizado e do aproveitamento acadêmico. As atividades desenvolvidas na Monitoria Acadêmica totalizam 10 (dez) horas semanais, distribuídas a critério do docente responsável. Ao estudante participante será oferecida bolsa, de acordo com o edital vigente para a atividade. Disponível em: <<http://prograd.ufabc.edu.br/monitoria>>.

- **PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.** Programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que visa fomentar a iniciação à docência de estudantes das instituições de Educação Superior, bem como preparar a formação de docentes em nível superior, em curso de licenciatura presencial plena, para atuar na educação básica pública. Disponível em: <http://pibid.ufabc.edu.br/>

- **Projetos de Iniciação Científica.** A Iniciação Científica da UFABC permite introduzir o aluno de graduação na pesquisa científica, visando colocá-lo desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa. Tem como característica o apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado para a formação do espírito crítico e para o desenvolvimento de um olhar investigativo. Dentro deste contexto, a UFABC possui os seguintes programas:
 - *Programa Pesquisando desde o Primeiro Dia – PDPD.* É um Programa de iniciação científica com concessão de bolsas, destinado a alunos ingressantes na Universidade. Seus recursos são provenientes da Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes). Este programa tem como objetivos introduzir os alunos nas práticas de pesquisa científica, acelerar o processo de formação científica, incentivar o aluno a conhecer projetos de pesquisa científica nos diferentes campos do saber, dentre outros.
 - *Programa de Iniciação Científica – PIC/UFABC.* Programa de concessão de bolsas financiadas pela própria UFABC para estudantes a partir de segundo ano, os quais podem ser bolsistas ou também podem optar pelo regime voluntário, em particular se estiverem realizando estágio remunerado de outra natureza. Neste programa são oferecidas condições para o desenvolvimento da criatividade e aprendizagem de metodologias científicas, tem duração de 12 meses e possui como principal critério de seleção o CR – Coeficiente de Rendimento.

- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq*. Programa de concessão de bolsas do CNPq, através do qual a Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes) obtém anualmente uma quota institucional de bolsas. Neste programa são oferecidas condições para o desenvolvimento da criatividade e aprendizagem de metodologias científicas, tem duração de 12 meses e possui como principal critério de seleção o CR – Coeficiente de Rendimento.
- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq nas Ações afirmativas*. Programa análogo ao supra referido de mesmo nome, mas voltado para estudantes que ingressaram na Universidade por meio das políticas afirmativas.

- **PET – Programa de Educação Tutorial:** O PET foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o Programa possibilita aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O Programa de Educação Tutorial (PET) tem como proposta desenvolver atividades que propiciem a ciência, tecnologia e inovação de dentro para fora da Universidade, conscientizando seus discentes da sua importância e de como fazer, assim como proporcionar ao corpo docente um ambiente favorável ao seu desenvolvimento e dar acesso a qualquer comunidade a esse recurso tanto acadêmica quanto externamente. Os alunos participantes recebem apoio financeiro.

Mais informações: <http://prograd.ufabc.edu.br/pet>

- **Ações de Extensão e Cultura.** A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC (ProEC) promove e incentiva os estudantes a realizarem e participarem de ações de Extensão e Cultura, na modalidade de bolsista ou voluntário. Os processos seletivos ocorrem através de editais específicos, abrangendo diversas ações como cursos, oficinas, projetos e outras que ultrapassam o âmbito do ensino e da pesquisa. Os alunos da universidade, de modo geral, podem se inscrever em quaisquer projetos de extensão, segundo interesse mais específico, em sua área de formação, ou mais amplo, em áreas ou temáticas não diretamente a ela ligadas. Disponível em: <<http://proec.ufabc.edu.br/>>.

- **Cursos de Língua Estrangeira / Mobilidade Acadêmica.** A Assessoria de Relações Internacionais da UFABC desenvolve políticas de relações internacionais visando a cooperação e o intercâmbio entre as instituições estrangeiras. Envia e recebe alunos de graduação e pós-graduação em parceria com outras instituições de ensino superior para cursar disciplinas ou desenvolver pesquisa. Oferece também cursos de línguas estrangeiras para alunos da UFABC e cursos de português para alunos nativos de outros países.

Maiores informações disponíveis em: <http://nte.ufabc.edu.br>.

- **Programas de Internacionalização.** Os programas de internacionalização da UFABC têm finalidade estratégica para a consolidação da universidade como instituição de ensino de excelência e como polo internacional de produção e difusão de conhecimentos científicos.
- **Projeto de Monitoria Inclusiva.** Trata-se de um auxílio para alunos de graduação que se dedicam 10 horas semanais em atividades de ações afirmativas ao aluno com deficiência. O rol das atividades desta monitoria são: dar suporte como leitor, escriba, audiodescriitora de figuras, imagens, desenhos e vídeos em sala de aula. Outra atividade que também demanda atenção do Monitor Inclusivo (MI) é a adaptação de materiais e livros usados por alunos cegos ou com baixa visão, do qual sem tal atividade, muitos alunos não teriam acesso à bibliografia utilizada no curso. Disponível em: <http://proap.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=200&Itemid=252>.
- **Programas de acessibilidade:** são desenvolvidos pela Pró-Reitoria de ações afirmativas (PROAP) e visam dar suporte a estudantes com necessidades especiais de acessibilidade ou outras necessidades, como pessoas com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, entre outros. A PROAP fornece suporte aos docentes; cursos de capacitação interna e extensionista; acesso às tecnologias assistivas; monitoria inclusiva (conforma citado acima); seminários; bolsas de Auxílio Acessibilidade, um subsídio financeiro visando o acesso a materiais didáticos e equipamentos de Tecnologia Assistiva necessários ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, com a finalidade de auxiliar o(a) estudante com deficiência e/ou

reconhecidos(as) como pessoa com deficiência assistidos(as) pelo Núcleo de Acessibilidade, para que tenha condições materiais para se dedicar ao curso no qual está inscrito(a) em igualdade de condições com os demais estudantes. Além de editais para subsídio financeiro em apoio a estudantes portadores de necessidades. Disponível em: <http://proap.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=237>.

- **Auxílio Eventos Estudantis de Caráter Científico, Acadêmico ou Tecnológico.** A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) disponibiliza bolsa auxílio para apoiar financeiramente a participação de estudantes em simpósios, seminários, workshops, congressos nacionais e internacionais, visando à apresentação de trabalhos científicos, acadêmicos ou tecnológicos, possibilitando ao estudante o custeio de despesas referentes ao pagamento de taxa de inscrição e custos de viagem em eventos fora da UFABC. O Auxílio pode ser utilizado, exclusivamente, para suprir as despesas referentes a passagens terrestres ou aéreas, diárias de hospedagem, taxa de inscrição e material gráfico.
- **Programas de Apoio aos Estudantes de graduação.** Têm por finalidade a democratização das condições de permanência no ensino superior dos estudantes comprovadamente em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. A Seção de Bolsas e Auxílios da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP) é responsável pela execução dos Programas de Apoio aos Estudantes da Graduação, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário da UFABC (Resolução CONSUNI nº 88/2012). As modalidades dos Programas de Apoio oferecidas atualmente são: Bolsa Permanência e Auxílios Moradia, Alimentação, Creche e Emergencial.

10 ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS

As DCN para os cursos de Licenciatura, Resolução CNE/CP nº 2/2015 em seu inciso III do artigo 12, determinam um terceiro núcleo de atividades acadêmicas denominado “Atividades teórico-práticas de estudos integradores para enriquecimento curricular”, definido em, no mínimo, 200h nas seguintes atividades:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Ainda de acordo com a referida resolução, tais atividades podem ser cumpridas “por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição”.

Desta forma, as 200h das atividades teórico-práticas de estudos integradores para enriquecimento curricular da LCH estão estruturadas da seguinte forma:

- Mínimo de 80h para ações de extensão e cultura, desde que registradas e reconhecidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC, ou órgãos correlatos de outras IES;
- Mínimo de 120h para Atividades Complementares cumpridas dentre aquelas determinadas pela Resolução CG nº 11 – 28/06/2016 que dispõe sobre normas para atividades complementares dos cursos de formação interdisciplinar da UFABC, e/ou

através da participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O PIBID contabiliza 10 horas por mês de participação no Programa, limitada a 100 horas por ano.

11 ESTÁGIO CURRICULAR

Há dois documentos matriciais que regulamentam os estágios supervisionados para formação de professores nos cursos de Licenciatura da Universidade Federal do ABC. Em primeiro lugar, em nível federal, a Lei nº 11.788¹², de 25 de setembro de 2008, que define em seu artigo 1: “*Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior*” (Lei nº 11.788, artigo 1).

Da mesma forma, a Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 e, em especial, a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº 02, 01 de julho de 2015, estabelecem a obrigatoriedade do estágio supervisionado para integralização dos cursos de graduação de licenciatura e asseguram que a concepção pedagógica e de formação dos cursos de licenciatura atendem a determinadas condições. Também, o conteúdo da Resolução evidencia que o estágio supervisionado visa consolidar a unidade teoria-prática, preconizada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura. Espera-se que os licenciandos tenham uma postura investigativa, compreendendo a escola como espaço de pesquisa e reflexão, como espaço institucional e de realização de atividades, de produção de currículo e ensino-aprendizagem, e não apenas de reprodução. Tendo claro que a escola não se restringe a ser espaço institucional e tampouco não será o único espaço de atividade de ensino-aprendizagem.

Internamente à UFABC há a Resolução da Comissão de Graduação nº 018¹³, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta as normas para a realização de Estágio Supervisionado dos cursos de Licenciatura da UFABC, para alunos ingressantes a partir de 2017. Nesta resolução estão definidos os principais objetivos dos Estágios Supervisionados:

Art. 2º O Estágio Supervisionado constitui-se em componente curricular obrigatório dos Cursos de Licenciatura, conforme previsto em legislação, e tem por objetivos principais: I – proporcionar a vivência e análise de situações reais de ensino-aprendizagem; II – capacitar o licenciando a vivenciar e buscar soluções para situações-problema no contexto prático, a partir de sua base de conhecimentos teóricos, considerando criticamente os

¹² Disponível no sítio: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm

¹³ Disponível no sítio: http://prograd.ufabc.edu.br/cg/2017/resolucao_cg_018_2017.pdf

aspectos científicos, éticos, sociais, econômicos e políticos que envolvem a prática docente; e III – favorecer a integração da UFABC ao contexto social no qual a Instituição insere-se, em consonância com o compromisso da UFABC com a Educação Pública.

Em relação às singularidades e especificidades dos Estágios Supervisionados definidos no âmbito do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da Universidade Federal do ABC, convém destacar alguns princípios norteadores.

Um primeiro princípio diz respeito às múltiplas e diferentes maneiras de entender o ensino de humanidades marcado pelas interfaces históricas, geográficas, filosóficas e sociológicas, as suas relações com as instituições formais e não formais de educação e o processo de formação de professores. Isso levou à criação de propostas abertas, visionárias e experimentais para os Estágios Supervisionados, entendidos como o lugar por excelência de formação das competências exigidas para a prática profissional, seja na educação formal e/ou não formal, constituindo-se, portanto, como o *locus* privilegiado para formação das habilidades profissionais dos(as) egressos(as) do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da Universidade Federal do ABC.

Um segundo princípio consiste na valorização e na vivência de experiências didático-pedagógicas reais, que acontecem em espaços formais e não formais de educação, públicos e privados, com o objetivo de produzir intervenções na área de ciências humanas, considerando: 1) as diversas modalidades definidas para a educação formal na etapa dos anos finais do Ensino Fundamental previstas oficialmente: educação de jovens e adultos, educação especial, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância; 2) as múltiplas frentes de atuação na educação não formal e do educador social, criando aberturas para intervenções em diferentes espaços e equipamentos socioculturais, instituições filantrópicas e terceiro setor que desenvolvem ações socioeducativas, sobretudo no que se refere à criação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de projetos, oficinas e ações que contemplem práticas educativas e educação não formal, preferencialmente no município de São Bernardo do Campo e na região do ABC.

Um terceiro princípio é a reversão da concepção usual de Estágio Supervisionado baseada na observação fria, asséptica, distanciada e desengajada da realidade escolar, com pouca ação e intervenção prática. Nessa perspectiva, adota-se a estratégia de tornar complexo, denso e atento o próprio processo de construção da percepção dos acontecimentos da vida escolar, instaurando uma atitude disruptiva, de estranhamento e de problematização sobre o

que se entende por “realidade escolar”, de modo a tomar como problema os próprios modos de ver, perceber, vivenciar, ler, interpretar, interferir e atuar na escola. Uma segunda estratégia adotada nos estágios pretende superar a passividade da observação, valorizando e incentivando experiências vivenciais nas intervenções didático-pedagógicas, de modo a criar um enfrentamento engajado com o espaço escolar e com as atitudes, as competências e as responsabilidades do ser professor, contribuindo na formação da identidade profissional pela prática, com valorização dos saberes experienciais relativos ao exercício docente. Uma terceira estratégia adotada nos estágio é o estímulo ao exercício prático e vivencial da docência, concomitante a um processo de reflexão e problematização sobre a prática, com a intenção de criar um espírito afirmativo, proativo, crítico-reflexivo e engajado ao processo de formação de professores para a área de ciências humanas, considerando os anos finais do Ensino Fundamental. Pretende-se com estas três estratégias superar as contradições e as dicotomias entre teoria e prática, observação e atuação, idealização e realidade, investigação e ação, pesquisa e ensino, ensino e extensão etc.

Um quarto princípio norteador dos Estágios Supervisionados do curso de Licenciatura em Ciências Humanas é a atenção com um processo de formação que seja útil em relação ao mercado de trabalho e à empregabilidade tanto na educação básica, em escolas públicas e privadas, quanto no desenvolvimento de oportunidades de trabalho junto aos espaços não formais de educação (museus, bibliotecas, espaços culturais, parques etc.); chamadas públicas e editais de oficinas e ações ligadas às práticas culturais, artísticas e socioeducacionais; secretarias municipais de educação; projetos e ações junto a comunidades ou grupos em situação de vulnerabilidade, precariedade, risco social e de violação dos direitos humanos (abrigos, projetos sociais com meninos e meninas de rua, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas etc.). Dada a grande necessidade de profissionais de educação para atuar na região do ABC, incentiva-se que os (as) estudantes vivenciem e reflitam sobre as demandas e particularidades de escolas públicas e privadas, de modo a prepará-los para o ingresso e a atuação profissional, contribuindo, sobretudo, na melhoria da educação básica pública da região.

Um quinto princípio é o respeito, ética e cuidado recíprocos com as instituições educativas formais e não formais que serão sedes dos Estágios Supervisionados, combatendo as atitudes de usura, descaso e descompromisso, que geralmente tomam as instituições no viés da observação, do relato e da crítica fria, distanciada, reducionista e pouco propositiva. Isso significa dizer que as atitudes e os posicionamentos diante dos Estágios Supervisionados devem prezar por um princípio afirmativo de ética, respeito, cuidado e compromisso entre os

três vértices envolvidos: instituições educativas formais e/ou não formais, estagiários(as) e universidade, que se reflete, respectivamente, nas três figuras que mediam a ocorrência das atividades: o(a) professor(a) supervisor(a) na escola ou o(a) supervisor(a) no espaço não formal, os(as) estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) e o(a) professor(a) orientador(a) dos estágios na UFABC. Para que esta tríplice relação de parceria se efetive em sua máxima potência, é incentivada uma interação profunda e afetiva com a instituição que será sede do estágio e com o supervisor do estágio, de modo a promover uma sinergia de esforços entre todos os envolvidos, possibilitando o fortalecimento das relações, trocas, compartilhamentos, atuações, interações, coproduções, *feedback* etc.

Atualmente, a condição mínima para que um licenciando matricule-se nos módulos de estágios supervisionados está explicitada no texto da Resolução da Comissão de Graduação no 18 de 11 de outubro de 2017. Recomenda-se que os módulos de estágio sejam realizados um a cada quadrimestre a partir do terceiro ano de curso, em concomitância com as práticas de ensino relacionadas.

No caso do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), os Estágios Supervisionados são divididos em sete módulos, cada qual perfazendo 80 horas. Os alunos deverão cursar obrigatoriamente os módulos I, II e III e escolher outros dois módulos dentre os módulos IV, V, VI e VII, totalizando as 400 horas em Estágio Supervisionado.

A divisão e a contagem das horas dos Estágios Supervisionados dependerão da proposta definida para cada módulo, do direcionamento e acompanhamento do(a) professor(a) orientador(a), do tipo de atuação possível nos espaços formais e/ou não formais de educação e dos interesses dos(as) estagiários(as) em trabalharem determinados temas, selecionados de cada proposta, tendo por finalidade a confecção coletiva do plano de estágio que será conduzido junto às instituições.

As propostas para cada um dos cinco módulos de estágio são as seguintes:

Módulo I – Atuar sobre a vida escolar é um processo ativo de experimentação e criação que requer uma atitude disruptiva, que problematize, desconstrua e reinvente os modos usuais e comuns de ver, perceber, vivenciar, ler, interpretar, intervir e atuar na escola. Neste módulo incentiva-se a produção de imersões profundas e intensivas nos espaços das escolas em consonância com a utilização e a produção de linguagens diversas, verbais e não verbais (audiovisuais, entrevistas, fotografias, narrativas orais, quadrinhos, videoinstalação etc.) que visam ativar e ampliar a percepção e a recriação do que se chama usualmente de realidade e

vida escolar. É desejável que as produções sejam expostas para a comunidade escolar e universitária.

Módulo II – Atuar na área de ciências humanas no âmbito da educação não formal é criar um diálogo entre os saberes teórico-conceituais da área e um tipo de ensino voltado para o cidadão comum, leigo e plural que frequenta espaços não formais de educação, tais como: bibliotecas, museus, centros culturais, parques, ONGs, eventos de educação e cultura, programações para a terceira idade etc. Com este tipo de intervenção incentiva-se o desenvolvimento das seguintes habilidades: 1) abordagem temática dos saberes teórico-conceituais das ciências humanas, explorando assuntos como: corpo, sexualidade, gênero, raça, ética, autonomia, democracia, justiça, direitos humanos, meio ambiente, cidadania, cultura, mídias, estética, artes, política, pluralidade, diferenças etc.; 2) capacidade de abordagem interdisciplinar, contextualizada, interessante e dinâmica dos temas; 3) capacidade de ensinar explorando e inventando novas formas de intervenção didática: linguagens artísticas, cinema, teatro, recursos tecnológicos, performances, oficinas, ateliês, jogos teatrais, improvisações etc. Destacamos o caráter extensionista deste módulo de estágio.

Módulo III – Atuar na área de ciências humanas na Educação básica é tomar o ensino de história, geografia, filosofia e sociologia em suas múltiplas facetas, para conhecer, experimentar, investigar, problematizar, intervir, agir e transformar: as relações de ensino-aprendizagem; as questões metodológicas e didático-pedagógicas; os tipos de materiais didáticos; as relações professor-aluno; os saberes da experiência e a prática dos docentes que atuam na área; as relações de poder, autoridade, autonomia e ética; leis, currículos e diretrizes oficiais; processos de precarização e desvalorização dos espaços escolares e dos profissionais da educação; marginalização e exclusão escolar; diferenças, diversidade, gênero, preconceitos e violência escolar; a juventude e vida escolar; entre outras.

Módulo IV – Atuar na área de ciências humanas nos anos finais do Ensino Fundamental é tomar como problema questões específicas do ensino de história, através de vivências práticas, aprofundadas e intensivas com a vida escolar, de modo que se possa conhecer, experimentar, investigar, problematizar, intervir, agir e transformar: os materiais didáticos e paradidáticos, as metodologias e práticas de ensino, as estratégias e recursos de ensino-aprendizagem e avaliação. Incentiva-se a criação de sequências didáticas e objetos de

aprendizagem, produção de programas de ensino e planos de aula, vivências com os saberes da experiência dos docentes que atuam na área, exercícios autorreflexivos sobre a prática, entre outros. Estimula-se também o desenvolvimento deste módulo nas diversas modalidades de educação previstas oficialmente: educação de jovens e adultos, educação especial, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância.

Módulo V – Atuar na área de ciências humanas nos anos finais do Ensino Fundamental é tomar como problema questões específicas do ensino de geografia, através de vivências práticas, aprofundadas e intensivas com a vida escolar, de modo que se possa conhecer, experimentar, investigar, problematizar, intervir, agir e transformar: os materiais didáticos e paradidáticos, as metodologias e práticas de ensino, as estratégias e recursos de ensino-aprendizagem e avaliação. Incentiva-se a criação de sequências didáticas e objetos de aprendizagem, produção de programas de ensino e planos de aula, vivências com os saberes da experiência dos docentes que atuam na área, exercícios autorreflexivos sobre a prática, entre outros. Estimula-se também o desenvolvimento deste módulo nas diversas modalidades de educação previstas oficialmente: educação de jovens e adultos, educação especial, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância.

Módulo VI – Atuar nas áreas das Ciências Humanas e pensar nos temas transversais da educação (corpo, sexualidade, questões de gênero, ética, autonomia, democracia, cidadania, estética, pluralidade e diferenças étnicas e culturais, saúde, meio ambiente etc.) Envolver uma atitude investigativa, problematizada e crítica e um processo de ampliação do raio de atuação da filosofia em todas as modalidades e etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio).

Módulo VII - Atuar nas áreas da Ciências Humanas e pensar nas recentes tecnologias de telecomunicação, educação e socialização (educação à distância, redes sociais, hipermídias, videoaulas, aulas online, ferramentas de simultaneidade como webconferências e chats, simulação e criação de ambientes virtuais etc.) se fazem necessárias para enfrentar e problematizar os desafios da juventude, da cultura, do ensino e da escola no mundo contemporâneo, especialmente em relação ao Ensino de Filosofia.

Apresentamos no Anexo 2 um breve descritivo de espaços formais e não formais que poderão constituir o campo de atuação dos estágios supervisionados do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da UFABC, dentre outros possíveis, que serão agregados no decorrer do processo de estágio. Na medida do possível, foram priorizados espaços de fácil acesso ao *campus* da UFABC de São Bernardo do Campo, de modo a facilitar o trânsito e o acompanhamento do estágio Supervisionado.

Referência

BRASIL. *Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 26 de setembro de 2008.

Resolução CG/Prograd n° 018/2017. *Regulamenta as normas para a realização de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura da UFABC*, para alunos ingressantes a partir de 2017. Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/cg/2017/resolucao_cg_018_2017.pdf. Acesso em: 04 de abril de 2019.

12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Resolução CNE/CP n° 2, 1 jul. 2015, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação Inicial de Professores da Educação Básica em nível superior, não prevê a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso para integralização de curso. Em conformidade com a referida resolução, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC **não prevê a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso** para a integralização da formação do licenciando em Ciências Humanas.

13 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os coeficientes de desempenho utilizados nos cursos de graduação da UFABC são definidos pela Resolução ConsEPE no 147 de 19 de março de 2013, sendo a avaliação do processo de ensino e aprendizagem realizada por meio de conceitos. O sistema de avaliação da UFABC permite uma análise mais qualitativa do aproveitamento do estudante. Os parâmetros adotados para a avaliação de desempenho e a atribuição de conceitos são apresentados a seguir:

13.1 CONCEITOS

A - Desempenho excepcional, demonstrando excelente compreensão da disciplina e do uso da matéria.

Valor 4 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

B - Bom desempenho, demonstrando boa capacidade de uso dos conceitos da disciplina.

Valor 3 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

C - Desempenho mínimo satisfatório, demonstrando capacidade de uso adequado dos conceitos da disciplina, habilidade para enfrentar problemas relativamente simples e prosseguir em estudos avançados.

Valor 2 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

D - Aproveitamento mínimo não satisfatório dos conceitos da disciplina, com familiaridade parcial do assunto e alguma capacidade para resolver problemas simples, mas demonstrando deficiências que exigem trabalho adicional para prosseguir em estudos avançados. Nesse caso, o aluno é aprovado na expectativa de que obtenha um conceito melhor em outra disciplina, para compensar o conceito D no cálculo do CR. Havendo vaga, o aluno poderá cursar esta disciplina novamente.

Valor 1 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

F - Reprovado. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.

Valor 0 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

O - Reprovado por falta. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.

Valor 0 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

I - Incompleto. Indica que uma pequena parte dos requerimentos do curso precisa ser completada. Este grau deve ser convertido em A, B, C, D ou F antes do término do quadrimestre subsequente.

E - Disciplinas equivalentes cursadas em outras escolas e admitidas pela UFABC. Embora os créditos sejam contados, as disciplinas com este conceito **não participam do cálculo do CR ou do CA**.

T - Disciplina cancelada. **Não entra na contabilidade do CR ou do CA**.

13.2 CÁLCULO DOS COEFICIENTES

Definições dos coeficientes de desempenho

Com base nos conceitos atribuídos às disciplinas, a avaliação dos estudantes deverá ser feita, também, por meio dos seguintes coeficientes, de acordo com a Resolução ConsEPE nº 147, 17 mar. 2013:

O Coeficiente de Rendimento (CR) é um número indicativo do desenvolvimento do aluno no curso, cujo cálculo considera os conceitos obtidos em todas as disciplinas por ele cursadas. O cálculo do CR leva em conta a média ponderada dos conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno, considerando seus respectivos créditos;

Coeficiente de Aproveitamento (CA) é definido pela média dos melhores conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno;

Cálculo do Coeficiente de Rendimento (CR)

$$CR = \frac{\sum_{i=1}^{NC} C_i \cdot f(N_i)}{\sum_{i=1}^{NC} C_i}$$

Onde:

NC = número de disciplinas cursadas até o momento pelo aluno;

I = índice de disciplina cursada pelo aluno (i= 1,2,...,NC);

C_i = número de créditos da disciplina i;

N_i = conceito obtido pelo aluno na disciplina i; f(A) = 4;

f(B)= 3; f(C)= 2; f(D)= 1; f(F)= f(O)= zero.

Cálculo do Coeficiente de Aproveitamento (CA)

$$CA = \frac{\sum_{i=1}^{ND} CR_i \cdot f(MC_i)}{\sum_{i=1}^{ND} CR_i}$$

Onde:

ND = Número de disciplinas diferentes cursadas pelo aluno;

i = índice de disciplina cursada pelo aluno, desconsideradas as repetições de disciplinas já cursadas anteriormente (i= 1,2,...ND);

CRi = número de créditos da disciplina i;

MCi = melhor conceito obtido pelo aluno na disciplina i, considerando todas as vezes que ele tenha cursado;

f(A) = 4; f(B)= 3; f(C)= 2; f(D)= 1; f(F)= zero;

f(O)=zero.

Cálculo do Coeficiente de Progressão (CPk)

$$CP_k = \frac{n_{obr}^k + \min[(N_{lim}^k + N_{livre}^k), n_{lim}^k + \min(n_{livre}^k, N_{livre}^k)]}{NC_k}$$

Sendo que:

n_{obr}^k é o número de créditos aprovados em disciplinas obrigatórias do curso k;

n_{lim}^k é o número de créditos aprovados em disciplinas de opção limitada do curso k;

n_{livre}^k é o número de créditos aprovados em disciplinas livres do curso k;

N_{obr}^k é o número de créditos exigidos em disciplinas obrigatórias do curso k;

N_{lim}^k é o número de créditos exigidos em disciplinas de opção limitada do curso k;

N_{livre}^k é o número de créditos propostos em disciplinas livres do curso k;

$$NC_k = N_{obr}^k + N_{lim}^k + N_{livre}^k$$

13.3 FREQUÊNCIA

A frequência mínima obrigatória para aprovação é de 75% das aulas ministradas e/ou atividades realizadas em cada disciplina.

13.4 AVALIAÇÃO

Os conceitos a serem atribuídos aos estudantes, em uma dada disciplina, não precisam estar rigidamente relacionados a qualquer nota numérica de provas, trabalhos ou exercícios. Os resultados também considerarão a capacidade do aluno de utilizar os conceitos e material das disciplinas, criatividade, originalidade, clareza de apresentação e participação em sala de aula e laboratórios. O aluno, ao iniciar uma disciplina, será informado sobre as normas e critérios de avaliação que serão considerados.

Em particular no âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, a avaliação deve ser compreendida como etapa dialógica no processo de construção do conhecimento, momento em que privilegiadamente os discentes manifestam-se acerca das teorias e práticas estudadas, ocasionando, inclusive a reorientação das atividades de ensino conduzidas prioritariamente pelos professores.

Com intuito semelhante, em dimensão mais ampla, a avaliação deverá englobar, também, outras esferas da vida do curso e da universidade, incluindo-se aqui as noções de avaliações pedagógicas, estruturais, processuais e a própria auto avaliação institucional. Estes processos avaliativos mais amplos devem ocorrer periodicamente e sob a responsabilidade da Coordenação do Curso ou, quando for o caso, sob a responsabilidade da CPA e com acompanhamento da Coordenação do Curso.

13.5 CRITÉRIOS DE RECUPERAÇÃO

O discente que faltar à avaliação presencial poderá realizá-la sob a forma de mecanismos de avaliação substitutivos, conforme critérios estabelecidos pelo docente responsável pela disciplina e explicitados no início do quadrimestre letivo. Fica também assegurado ao discente o direito a mecanismos de avaliação substitutivos nos casos comprovados por meio de apresentação de documentos comprobatórios ao docente responsável, de acordo com Resolução ConsEPE n° 227 de 23 de abril de 2018.

Fica também garantido ao discente que for aprovado com conceito D ou reprovado com conceito F em uma disciplina, além dos critérios estabelecidos pelo docente em seu Plano de Ensino, o direito a fazer uso de mecanismos de recuperação de acordo com a Resolução ConsEPE n° 181 de 23 out. 2014.

A data e os critérios dos mecanismos de recuperação deverão ser definidos pelo docente responsável pela disciplina e explicitados já no início do quadrimestre letivo. O mecanismo de recuperação não poderá ser aplicado em período inferior a 72 horas após a divulgação dos conceitos das avaliações regulares, e poderá ser aplicado até a terceira semana após o início do quadrimestre letivo subsequente, de acordo com a Resolução ConsEPE n° 182, 23 out. 2014.

13.5 CRITÉRIOS DE DESLIGAMENTO

Os critérios para desligamento de discente por decurso dos prazos máximos para progressão e integralização dos cursos de graduação são normatizados pela Resolução ConsEPE n° 166, 8 out. 2013. De acordo com a resolução, fica estabelecido o prazo de 2n anos letivos como prazo máximo para permanência do aluno na UFABC, sendo n o número de anos letivos previsto no Projeto Pedagógico da Licenciatura Interdisciplinar de ingresso ou do curso de formação específica de graduação. Ainda de acordo com essa resolução, na LI o aluno deverá ser desligado após n anos letivos, nos casos em que tenha obtido, até esse prazo, menos de 50% dos créditos das disciplinas obrigatórias da LI ou CPk menor que 0,5.

No caso em que o aluno já tenha matrícula ou reserva de vaga em curso de formação específica, ele terá o prazo de 2n anos letivos para integralização do curso, sendo nesse caso n o número de anos de integralização do curso de maior duração oferecido pela UFABC.

Para maiores esclarecimentos é importante consultar a Resolução ConsEPE n° 166, 8 out. 2013 ou outra que venha a substituí-la.

Referências

Resolução ConsEPE n° 120. Estabelece normas e procedimentos para vista e revisão de instrumentos avaliativos, bem como de revisão de conceitos finais nas disciplinas de graduação da UFABC. Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/6076-resolucao-consepe-no-120-041011-estabelece-normas-e-procedimentos-para-vista-e-revisao-de-instrumentos-avaliativos-bem-como-de-revisao-de-conceitos-finais-nas-disciplinas-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso:13 abr. 2018.

Resolução ConsEPE nº 147. Define os coeficientes de desempenho utilizados nos cursos de graduação da UFABC. Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/6103-resolucao-consepe-no-147-define-os-coeficientes-de-desempenho-utilizados-nos-cursos-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso:13 abr. 2018.

Resolução ConsEPE nº 182. Regulamenta a aplicação de mecanismos de recuperação nos cursos de graduação da UFABC. Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/6138-resolucao-consepe-nd-182-regulamenta-a-aplicacao-de-mecanismos-de-recuperacao-nos-cursos-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso:13 abr. 2018.

Resolução ConsEPE nº 227. Regulamenta a aplicação de mecanismos de avaliação substitutivos nos cursos de graduação da UFABC, revoga e substitui a Resolução ConsEPE nº 181. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao_227_-_regulamenta_a_aplicacao_de_mecanismos_de_avaliacao_substitutivos_nos_cursos_de_graduacao_da_ufabc_revoga_e_substitui_a_resolucao_consepe_n_181.pdf. Acesso:13 abr. 2018.

14 INFRAESTRUTURA

14.1 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

A Pró-Reitoria de Graduação possui em sua infraestrutura um grupo de laboratórios compartilhados por todos os cursos de graduação. A Coordenadoria dos Laboratórios Didáticos (CLD), vinculada à PROGRAD, é responsável pela gestão administrativa dos laboratórios didáticos e por realizar a interface entre docentes, discentes e técnicos de laboratório nas diferentes áreas, de forma a garantir o bom andamento dos cursos de graduação, no que se refere às atividades práticas em laboratório.

A CLD é composta por um Coordenador dos Laboratórios Úmidos, um Coordenador dos Laboratórios Secos e um Coordenador dos Laboratórios de Informática e Práticas de Ensino, bem como equipe técnico-administrativa.

Dentre as atividades da CLD destacam-se o atendimento diário a toda a comunidade acadêmica, a elaboração de Política de Uso e Segurança dos Laboratórios Didáticos e a análise e adequação da alocação de turmas nos laboratórios em cada quadrimestre letivo, garantindo a adequação dos espaços às atividades propostas em cada disciplina e melhor utilização de recursos da UFABC, o gerenciamento da infraestrutura dos laboratórios didáticos, materiais, recursos humanos, treinamento, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos.

Os laboratórios são dedicados às atividades didáticas práticas que necessitam de infraestrutura específica e diferenciada, não atendidas por uma sala de aula convencional. São quatro diferentes categorias de laboratórios didáticos disponíveis para os usos dos cursos de graduação da UFABC: secos, úmidos, de informática e de prática de ensino.

§ **Laboratórios Didáticos Secos** são espaços destinados às aulas da graduação que necessitem de uma infraestrutura com bancadas e instalação elétrica e/ou instalação hidráulica e/ou gases, uso de kits didáticos e mapas, entre outros.

§ **Laboratórios Didáticos Úmidos** são espaços destinados às aulas da graduação que necessitem manipulação de agentes químicos ou biológicos, uma infraestrutura com bancadas de granito, com capelas de exaustão e com instalações hidráulica, elétrica e de gases.

§ **Laboratórios Didáticos de Práticas de Ensino** são espaços destinados ao suporte dos cursos de licenciatura, desenvolvimento de habilidades e competências para docência da Educação Básica, podendo ser úteis também para desenvolvimentos das habilidades e competências para docência do ensino superior.

§ **Laboratórios Didáticos de Informática** são espaço para aulas utilizando recursos de tecnologia de informação como microcomputadores, acesso à internet, linguagens de programação, softwares, hardwares e periféricos.

Anexo aos laboratórios há uma sala de suporte técnico que acomoda quatro técnicos com as seguintes funções: nos períodos extra aula, auxiliam a comunidade no que diz respeito às atividades de graduação, pós-graduação e extensão em suas atividades práticas (projetos de disciplinas, iniciação científica, mestrado e doutorado); participam dos processos de compras levantando a minuta dos materiais necessários; fazem controle de estoque de materiais; cooperam com os professores durante a realização testes de experimentos que serão incorporados nas disciplinas e preparação do laboratório para a aula prática. Nos períodos de aula, oferecem apoio para os professores e alunos durante o experimento, repondo materiais, auxiliando no uso de equipamentos e prezando pelo bom uso dos materiais de laboratório. Para isso, os técnicos são alocados previamente em determinadas disciplinas, conforme a sua formação (eletrônica, eletrotécnica, materiais, mecânica, mecatrônica, edificações, química, biologia e informática). Os técnicos trabalham em esquema de horários alternados, possibilitando o apoio às atividades práticas ao longo de todo período de funcionamento da UFABC, das 08 às 23h.

Além dos técnicos, a sala de suporte armazena alguns equipamentos e kits didáticos utilizados nas disciplinas. Há também a sala de suporte técnico, que funciona como almoxarifado, armazenando todos demais os equipamentos e kits didáticos utilizados durante o quadrimestre.

A UFABC dispõe ainda de uma oficina mecânica de apoio, com quatro técnicos especializados na área e atende a demanda de toda a comunidade acadêmica (centros, graduação, extensão e prefeitura universitária) para a construção e pequenas reparações de kits didáticos e dispositivos para equipamentos usados na graduação e pesquisa, além do auxílio aos discentes na construção e montagem de trabalhos acadêmicos em geral.

A alocação de laboratórios didáticos para as turmas de disciplinas com carga horária prática ou aquelas que necessitem do uso de um laboratório é feita pelo coordenador do curso, a cada quadrimestre, durante o período estipulado pela Pró-Reitoria de Graduação. O docente da disciplina com carga horária alocada nos laboratórios didáticos é responsável pelas aulas práticas da disciplina, não podendo se ausentar do laboratório durante a aula prática. Atividades como treinamentos, instalação ou manutenção de equipamentos nos laboratórios didáticos ou aulas pontuais são previamente agendadas com a equipe técnica responsável e acompanhadas por um técnico de laboratório.

Como os laboratórios são compartilhados, todos os cursos podem realizar de diferentes atividades didáticas dentro dos diversos laboratórios, otimizando o uso dos recursos materiais e ampliando as possibilidades didáticas dos docentes da UFABC e a prática da interdisciplinaridade, respeitando as necessidades de cada disciplina ou aula de acordo com a classificação do laboratório e dos materiais e equipamentos disponíveis nele.

14.2 SISTEMA DE BIBLIOTECAS – SISBI

O Sistema de Bibliotecas da UFABC, cuja finalidade é atender as demandas informacionais da comunidade universitária e científica interna e externa à Universidade, é formado por unidades de bibliotecas localizadas nos Campi de Santo André e São Bernardo do Campo, responsáveis por atender e apoiar a comunidade universitária em suas atividades de ensino pesquisa e extensão, de forma articulada e pautada na proposta interdisciplinar do projeto pedagógico e de seu plano de desenvolvimento institucional.

As Bibliotecas que compõem o Sistema possuem amplo e diversificado acervo, com aproximadamente 100.000 exemplares de livros físicos e 42.000 títulos de livros eletrônicos, sendo, todas as coleções da editora Springer Nature entre os anos de 2.005 e 2.014, todos os títulos publicados pela editora Wiley em 2.016 e pelos títulos da editora Ebsco referentes a coleção EbscoHost. E, em complemento, títulos resultantes de assinaturas anuais com demais editoras, como: Elsevier, Cengage Learning e Wiley. Além da filmoteca que conta com mais de 1.000 títulos de filmes.

O SisBi ainda dispõe de sistema (SophiA) que permite o acesso ao seu catálogo e portal na internet para acesso às informações sobre seus serviços e a conteúdos externos, como: sistema Scielo que contempla seleção de periódicos científicos brasileiros, sistema Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); sistema COMUT que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais; Portal de Periódicos da CAPES, que oferece uma seleção das mais importantes fontes de informação científica e tecnológica, de acesso gratuito na Web. Atualmente, o portal dispõe de 34.457 periódicos eletrônicos, relacionados às diversas áreas do conhecimento e, ainda, acesso a mais de 2.000 bases de dados; dentre outros.

Convênios também são estabelecidos pelo SisBi, entre os mais significativos o serviço de Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB), que estabelece a cooperação e potencializa a

utilização do acervo das instituições universitárias participantes, favorecendo a disseminação da informação entre universitários e pesquisadores de todo o país. Outro convênio a ser notado é com o IBGE, que tem por objetivo ampliar para a sociedade, o acesso às informações produzidas por meio de cooperação técnica com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE. Assim, o SisBi passou a ser depositário das publicações editadas por esse órgão.

As unidades de bibliotecas atendem a comunidade de segunda a sexta, de 8 às 22h, mantendo-se em uma estrutura física com área total de 4.529 m², onde se distribuem 521 assentos; além de terminais de consulta ao acervo. Buscando promover o exercício a reflexão crítica nos espaços universitários, bem como a interação com os diversos públicos, desenvolve ainda, programas e projetos culturais como: CineArte, exibido também ao ar livre; PublicArte; Saraus e Exposições.

14.3 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As salas de aula são equipadas com projetores e computadores com acesso à internet e recursos de áudio e vídeo. Em todos os ambientes da UFABC é disponibilizado o acesso à internet sem fio. A UFABC disponibiliza de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Trata-se de uma plataforma online, acessível dentro ou fora do campus (inclusive por meio de dispositivos móveis), e que pode ser usada tanto para apoio ao ensino presencial, como para ofertas de disciplinas semipresenciais. O ambiente possui distintas funcionalidades que permitem que os usuários, educadores e estudantes, disponibilizem e acessem materiais educacionais, interajam entre si (por meio de fóruns, chats, sistemas de mensagens e comentários etc.), gerenciem e colaborem nas atividades de pesquisa, projetos e tarefas relacionadas aos cursos.

15 DOCENTES

15.1 COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas é constituído conforme as orientações da Comissão Nacional de Avaliação de Avaliação da Educação Superior (CONAES), segundo o Parecer CONAES n° 4, 17 jun. 2010 e a Resolução CONAES n° 1, 17 jun. 2010, bem como segue a normativa da UFABC sobre os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação, Resolução ConsEPE n° 179, 21 jul. 2014.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação.

Núcleo docente estruturante da Licenciatura em Ciências Humanas

Nome	Área de Formação	Centro
Alexander de Freitas	Filosofia e educação	CCNH
Ana Maria Dietrich	História Social	CECS
Claudia Regina Vieira	Educação	CCNH
Daniel Pansarelli	Educação	CCNH
Katerina Lukasova	Ciências	CMCC
Kátia Canil	Geografia Física	CECS
Marcelo Zanotello	Engenharia de Materiais	CCNH
Márcia Helena Alvim	História das Ciências	CCNH
Priscila Benitez	Psicologia	CCNH
Ramatis Jacino	História Econômica	CECS
Suze Piza	Filosofia	CCNH

15.2 CORPO DOCENTE DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Estão credenciados na Licenciatura em Ciências Humanas professores doutores em regime de dedicação exclusiva (RDE).

Composição do Corpo Docente LCH

Número	Nome	Área de Formação – Doutor em	Titulação	Regime de Dedicação	Centro
1.	Ailton Paulo De Oliveira Júnior	Educação	Doutorado	DE	CMCC
2.	Alessandra Teixeira	Sociologia	Doutorado	DE	CECS
3.	Alexander De Freitas	Filosofia e educação	Doutorado	DE	CCNH
4.	Allan Moreira Xavier	Ciência e Tecnologia/Químico	Doutorado	DE	CCNH
5.	Ana Maria Dietrich	História Social	Doutorado	DE	CECS
6.	André Luís La Salvia	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
7.	Andrea Paula Dos Santos Oliveira Kamenksy	História Econômica	Doutorado	DE	CECS
8.	Arlene Martinez Ricoldi	Sociologia	Doutorado	DE	CECS
9.	Breno Arsioli Moura	Ensino de Física	Doutorado	DE	CCNH
10	Bruna Mendes De Vasconcellos	Programa Interdisciplinar em Política Científica e Tecnológica	Doutorado	DE	CCNH
11	Carla Lopes Rodriguez	Artes visuais	Doutorado	DE	CMCC
12	Carlos Eduardo Ribeiro	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
13	Carolina Moutinho Duque De Pinho	Sensoriamento Remoto	Doutorado	DE	CECS
14	Claudia Regina Vieira	Educação	Doutorado	DE	CCNH
15	Claudio Luis De Camargo Pentead	Ciências Sociais	Doutorado	DE	CECS
16	Daniel Pansarelli	Educação	Doutorado	DE	CCNH
17	Diana Sarita Hamburger	Engenharia de	Doutorado	DE	CECS

		Transportes			
18	Elisabete Marcon Mello	Educação Matemática	Doutorado	DE	CMCC
19	Fernando Luiz Cássio Silva	Química e políticas públicas de educação	Doutorado	DE	CCNH
20	Franciane Freitas Silveira	Administração	Doutorado	DE	CECS
21	Francisco José Brabo Bezerra	Educação	Doutorado	DE	CMCC
22	Graciela De Souza Oliver	Ensino e História das Ciências	Doutorado	DE	CCNH
23	Graciella Watanabe	Ensino de Ciências e Física	Doutorado	DE	CCNH
24	José Luiz Neves		Doutorado	DE	
25	Kate Mamhy Oliveira Kumada	Educação	Doutorado	DE	CCNH
26	Katerina Lukasova	Ciências	Doutorado	DE	CMCC
27	Kátia Canil	Geografia Física	Doutorado	DE	CECS
28	Luciana Aparecida Palharini	Ensino de Ciências e Matemática	Doutorado	DE	CCNH
29	Luciana Zaterka	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
30	Lúcio Campos Costa	Física Teórica	Doutorado	DE	CCNH
31	Luís Roberto De Paula	Antropologia Social - Etnologia Indígena	Doutorado	DE	CECS
32	Marcelo Salvador Caetano	Psicologia Experimental	Doutorado	DE	CMCC
33	Marcelo Zanotello	Engenharia de Materiais	Doutorado	DE	CCNH
34	Marcia Helena Alvim	Ensino e História das Ciências	Doutorado	DE	CCNH
35	Margarethe Steinberger-Elias	Comunicação e Semiótica	Doutorado	DE	CECS
36	Maria Candida Varone De Morais Capecci	Educação	Doutorado	DE	CCNH
37	Maria Gabriela Silva Martins Da Cunha Marinho	História Social	Doutorado	DE	CECS
38	Maria Livia de Tommasi	Sociologia	Doutorado	DE	CECS
39	Maria Teresa Carthery Goulart	Ciências	Doutorado	DE	CMCC

40	Marilia Mello Pisani	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
41	Marine De Souza Pereira	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
42	Marisa Soares	Educação	Doutorado	DE	CECS
43	Neusa Serra	Engenharia de Produção	Doutorado	DE	CECS
44	Nunzio Marco Torris	Ingenneria Informatica	Doutorado	DE	CMCC
45	Patrícia Del Nero Velasco	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
46	Priscila Benitez	Psicologia	Doutorado	DE	CMCC
47	Ramatis Jacino	História Econômica	Doutorado	DE	CECS
48	Renata De Paula Orofino Silva	Ciências Biológicas - Ensino de Ecologia	Doutorado	DE	CCNH
49	Roque Da Costa Caiero	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
50	Ruth Ferreira Galduróz	Ciências	Doutorado	DE	CMCC
51	Silvia Dotta	Educação	Doutorado	DE	CMCC
52	Silvio Ricardo Gomes Carneiro	Teoria das Ciências Humanas	Doutorado	DE	CCNH
53	Suze De Oliveira Piza	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
54	Vinícius Pazuch	Ensino de Ciências e Matemática	Doutorado	DE	CMCC
55	Virginia Cardia Cardoso	Educação Matemática	Doutorado	DE	CMCC
56	Vitor Vieira Vasconcelos	Ciências Naturais	Doutorado	DE	CECS
57	Vivilí Maria Silva Gomes	Ciências	Doutorado	DE	CMCC
58	Wilson Mesquita De Almeida	Sociologia	Doutorado	DE	CECS

A área de formação específica dos docentes do curso, responsáveis por disciplinas obrigatórias e de opção limitada da Licenciatura em Ciências Humanas, podem ser consultadas no portal da UFABC. Todos os docentes credenciados no curso de Licenciatura em Ciências Humanas possuem o grau de doutor, e são admitidos por concurso público (exceto os professores visitantes e colaboradores), em Regime de Dedicção Exclusiva (RDE).

16 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A UFABC implantou mecanismos de avaliação permanentes da efetividade de seus cursos, visando compatibilizar a oferta de vagas, os objetivos dos cursos, o perfil do egresso e a demanda do mercado de trabalho para os diferentes cursos.

Um dos mecanismos adotados é a avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que por meio do Decreto nº 9235 de 2017, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. O Art. 80 do referido decreto apresenta seu processo de avaliação, através:

- i. Autoavaliação do curso na UFABC, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) por meio de formulários específicos (avaliação interna);
- ii. Avaliação externa *in loco*, realizada por comissões externas designadas pelo INEP;
- iii. Avaliação dos cursos de graduação;
- iv. Exame Nacional de Avaliação de Desenvolvimento dos estudantes (ENADE).
- v. Avaliação de disciplinas do curso por estudantes e por docentes.

Ao longo do desenvolvimento das atividades curriculares, a Coordenação do Curso age na direção da consolidação de mecanismos que possibilitem a permanente avaliação dos objetivos do curso. Tais mecanismos contemplam as necessidades da área do conhecimento em que o curso está ligado, as exigências acadêmicas da Universidade, o mercado de trabalho, as condições de empregabilidade e a atuação profissional dos formandos. Nesta direção, os resultados periodicamente obtidos nos componentes i a v são apresentados e debatidos em reuniões ordinárias da Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e também em reuniões plenárias junto aos demais docentes credenciados no curso, aos representantes discentes e ao corpo técnico-administrativo.

17 ANEXOS

Anexo 1 - Rol de Disciplinas

Neste anexo seguem as ementas das novas disciplinas criadas no âmbito deste projeto Licenciaturas Interdisciplinares da UFABC. Todas as demais disciplinas estão propostas conforme o catálogo da UFABC disponível em:

http://prograd.ufabc.edu.br/doc/catalogo_disciplinas_graduacao_2016_2017.pdf

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS COMUNS ÀS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES

METODOLOGIAS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Código:

Quadrimestre: 3º

TPI: 2-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 24 horas

Ementa

A investigação em educação em ciências e educação matemática: principais tendências metodológicas. Fundamentos e características gerais das pesquisas: perspectivas filosóficas e epistemológicas, planejamento, desenvolvimento e ética. Introdução aos métodos qualitativos e quantitativos de coleta e análise de dados.

Bibliografia Básica

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais.** 9ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

BOAVIDA, J.; AMADO, J. **Ciências da educação: epistemologia, identidade e perspectivas.** Coimbra: Coimbra University Press, 2008.

FIORENTINI, D. LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos.** Coleção Formação de Professores. Campinas: Autores Associados, 2006.

GRECA, I. M. (Org.) **A pesquisa em ensino de ciências no Brasil e suas metodologias.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

KEEVES, J. **Educational research methodology and measurement**: an international handbook. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

HISTÓRIA, EUROCENTRISMO E PÓS-COLONIALISMO

Código:

Quadrimestre: 4º.

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo do eurocentrismo político e cultural no processo de formação dos estados nacionais americanos. Discussão sobre o totalitarismo epistêmico eurocentrado e o discurso sobre a América colonizada. Propostas de descolonização político-cultural. A teoria pós-colonial e o pós-colonialismo latino-americano. Perspectiva Decolonial e Epistemologias do Sul.

Objetivo: Analisar o eurocentrismo historiográfico e suas implicações nas narrativas sobre questões sociais, políticas, culturais e científicas da América. Espera-se que a análise crítica acerca deste eurocentrismo, promova discussões contemporâneas que busquem a ruptura a esta perspectiva, tais como os decoloniais e as epistemologias do sul.

Bibliografia Básica:

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8-23.

Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>

SANTOS, B. S. **Epistemologias do sul.** Lisboa: Almedina, 2010.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

Bibliografia Complementar:

MENESES, M. P.; VASILE, I. **Desafios aos Estudos Pós-Coloniais.** As Epistemologias Sul-Sul. Coimbra: CES, 2014.

DIGITAL / Disponível em:

https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_v.pdf

O'GORMAN, E. **A invenção da América.** São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SANTOS, B. S. **Descolonizar el saber, reinventar el poder.** Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.

Disponível em:

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar%20el%20saber_TRILCE.pdf

Outras Bibliografias

DUSSEL, E. **1492: O Encobrimento do Outro.** Petrópolis: Vozes, 1993.

FONTANA, J. **A Europa diante do espelho**. Bauru: EDUSC, 2005.

TEORIA DA HISTÓRIA I

Código:

Quadrimestre: 5º

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo dos principais conceitos do campo da História: História, tempo, memória. Uso de documentos e diversidade de fontes históricas. Discussão sobre verdade versus narrativa histórica. Conhecimento de correntes historiográficas. História e dialética. Positivismo, Historicismo e Escola. Metódica. Relação com o conhecimento escolar.

Bibliografia Básica

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 62, p.261 - 294, 1965.

Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em 17/6/2019.

BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro Primeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Bibliografia Complementar

BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BARROS, J. D'A. O campo histórico – considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea. **História Unisinos**, v.9, n.3, p.230-242, 2005.

Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6433>. Acesso em 17/6/2019.

JENKINS, K. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Outras bibliografias

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Testemunha ocular: História e Imagem**. Bauru: Edusc, 2004.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

SILVA, R. F. da. **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS INTEGRADORAS I

Código:

Quadrimestre: 4º

Recomendação: não há

TPI: 0-4-4

Ementa: Pretende uma imersão em problemáticas comuns às práticas educativas escolares, preferencialmente públicas, que acontecem nos anos finais do Ensino Fundamental, considerando, de modo integrado, os componentes curriculares da área de ciências humanas. Dentre as estratégias para que se alcancem estes objetivos destacam-se reflexões teóricas e vivências práticas que possibilitem debater e agir sobre questões específicas que tangem o

ensino de história, geografia, filosofia e sociologia no Ensino Fundamental II, como por exemplo: estudo e problematização de documentos e currículos oficiais, análise de materiais didáticos e paradidáticos, metodologias e práticas de ensino, estratégias e recursos de ensino-aprendizagem e avaliação, criação de sequências didáticas e objetos de aprendizagem, produção de programas de ensino e planos de aula, vivências com os saberes da experiência dos docentes que atuam na área, entre outras.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS INTEGRADORAS II

Código:

Quadrimestre: 5º

TPI: 0-4-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Através da escolha e análise coletiva de temas e/ou problemas vivenciados em processos de estudos do meio e/ou pesquisas de campo objetiva-se que os/as estudantes desenvolvam projetos temáticos, planejamento e estratégias de ensino, criação de sequências didáticas e objetos de aprendizagem que desdobrem a complexidade dos temas e/ou problemas vivenciados em questões pertinentes ao ensino de história, geografia, filosofia e sociologia, considerando a etapa dos anos finais do Ensino Fundamental. Valorização das práticas extensionistas ou da educação não formal. Através da elaboração de projetos de ensino envolvendo os temas geradores vivenciados incentiva-se que os/as estudantes construam visões integradas e interdependentes tanto dos problemas pesquisados quanto de seus modos de ensino-aprendizagem.

DISCIPLINAS DO GRUPO TEMÁTICO HISTÓRIA

DIVERSIDADES E CULTURA NO MUNDO OCIDENTAL

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo das diversidades culturais no mundo ocidental. Cultura, identidade e diversidades. Etnicidade e multiculturalismo. Teorias do multiculturalismo. A pluralidade cultural e a Educação. A descolonização cultural como ferramenta política libertária.

Bibliografia Básica

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.

POUTIGNAT, P. **As teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 2011.

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, B. S. (org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

HISTÓRIA CULTURAL

Código:

Quadrimestre:

TPI:4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Conceito de história cultural. A história cultural clássica e a nova história cultural. Conceito de cultura e cultura popular. A cultura como renovação nos métodos e práticas historiográficas. Diálogos com a antropologia cultural e com estudos culturais. A história cultural e a Terceira Geração dos Annales. História e linguagem. História e representação. Novas abordagens: lugares da memória, análise do discurso e cotidiano.

Bibliografia Básica:

BURKE, P. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2005.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1990.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

Bibliografia Complementar:

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENJAMIM, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História:** n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em; <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>

Outras bibliografias

BOSI, A. **Cultura de massa e cultura popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

FALCON, F. **História cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus: 2002.

PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

AFRO-BRASILEIRA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Código:

Quadrimestre:

TPI:4-0-4

Recomendação: Estudos Étnicos Raciais

Carga Horária:48 horas

Objetivos: A disciplina visa oferecer aos (as) discentes conteúdos e reflexões acerca da história e cultura afro brasileiras, da contribuição dos (as) africanos e seus descendentes para a ciência, tecnologia, filosofia e cultura em geral, assim como para a organização social e política do

Brasil. Atende a lei 10.639/2003 que emenda a LDB, amplia os conteúdos ministrados na disciplina Estudos Étnicos Raciais, problematizando as razões dos conflitos raciais contemporâneos e as desigualdades raciais.

Ementa: O papel sócio econômico, político e cultural da escravidão na formação da nação brasileira. As diversas formas de resistência dos escravizados e a dimensão política, econômica e cultural dessa resistência. A construção da ideologia racista e sua materialização nas ações do Estado brasileiro. A demonização e criminalização da cultura africana. A exclusão do trabalho, da terra e da educação no período de transição do trabalho escravo para o assalariado, a desagregação familiar e a marginalização social. As dimensões sociológicas, filosóficas, religiosas e psicológicas da discriminação racial e das formas de resistência a ela. O feminismo negro. Negritude e *branquitude*.

Bibliografia Básica

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

COSTA, E. V. **Da senzala à colônia.** São Paulo: Ed. da Unesp, 2012.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculos das Raças.** Cientistas, Instituições e a Questão Racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Bibliografia Complementar

FLORENTINO, M. (org.). **Tráfico, cativo e liberdade:** Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONÇALVES E SILVA, P. B. Aprender, ensinar e relações Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: **Educação**, n. 3, v.63, p. 489-506, 2007. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2745/2092>

MATTOS, H. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.

POLI, I. S. **Pedagogia dos orixás:** o filho da rainha das águas (Ayabá) e o segredo dos olhos do Rei (Ojuobá). São Paulo: Terceira Margem, 2015.

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

METODOLOGIA EM HISTÓRIA

Código:

Quadrimestre:

TPI:4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária:48 horas

Ementa: As escolas da historiografia e os métodos de análise da história. Análise dos pontos de vista econômico, social, político e cultural. A história das mentalidades. O papel do Renascimento e do iluminismo na análise histórica. Principais correntes de análise histórica: positivista, marxista e Escola dos Annales. As “epistemologias do Sul” e o novo olhar histórico não eurocêntrico.

Bibliografia Básica

BLOCH, M. **Apologia da historia, ou, O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.
LE GOFF, J. **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bibliografia complementar

DOSSE, F. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História.** Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.
MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.
SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. T. **História e documento e metodologia de pesquisa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Editora Cortez, 2010.

HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: O conceito de patrimônio e memória. Diferenças entre patrimônio material e imaterial. Patrimônio cultural e natural. Atuação dos profissionais em instituições de tratamento da memória. História oral: relação entre memória, identidade e narrativa. Educação patrimonial. Políticas culturais e legislação do patrimônio histórico e cultural.

Bibliografia Básica:

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**, no. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101> Acesso em 17/6/2019.

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** Porto Alegre: L&PM, 2013.
CHUVA, M. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf> Acesso em 17/6/2019
HORTA, M. L. P. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf Acesso em 17/6/2019
MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, vol.1, Ouro Preto/MG, 2009, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Brasília: Iphan, 2012, p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf> Acesso em 17/6/2019

PAOLI, M. C. **Memória, História e Cidadania, o direito ao passado**. O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992. Disponível em: <http://gpaf.info/dtd/ArqPerm/MCPaoli.pdf> Acesso em 17/6/2019

Outras bibliografias

ARANTES, A. A. (org.). **Produzindo o passado**. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: CONDEPHAAT/Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, M. **Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico**. O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

MENESES, U. T. B. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Paisagem e turismo**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64.

THOMPSON, E. **A voz do passado**. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANTIGUIDADE

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Introdução aos estudos da Antiguidade através de revisão crítica da historiografia relativa ao período com análise de fontes primárias, textuais, arqueológicas e iconográficas. Análise dos discursos produzidos sobre a Antiguidade. A Antiguidade como espaço de construção da modernidade europeia.

Bibliografia Básica:

LORAU, N. **A tragédia de Atenas: a política entre as trevas e a utopia**. São Paulo: Loyola, 2009.

DUBY, G.; ARIÈS, P.; VEYNE, P. **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRIMAL, N. **História do Egito antigo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

Bibliografia Complementar:

CARLAN, C. U. **Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação**. São Paulo: Annablume, 2013.

GUARINELLO, N. L. **História antiga**. São Paulo: Contexto, 2016.

MOKHTAR, G. **História Geral da África**. Volumes II e III. Brasília: UNESCO, 2010.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000319.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019

MORESCHINI, C.; NORELLI, E. **História da literatura cristã antiga grega e latina**. São Paulo: Loyola,

VERSIGNASSI, A. **Crash: uma breve história da economia: da Grécia Antiga ao Século XXI**. São Paulo: LeYa, 2015.

EUROPA MEDIEVAL: CULTURA, POLÍTICA E SOCIEDADE

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A disciplina busca analisar alguns temas fundamentais sobre a Medievalidade europeia, especialmente relacionados ao âmbito sociocultural. A construção historiográfica sobre a Idade Média. Os poderes políticos e sua relação com as questões e lutas sociais. A autoridade da Igreja cristã na política, sociedade e cultura. Cultura popular e literatura. Conhecimento: universidades e aristotelismo. A sociedade medieval.

Bibliografia Básica:

DUBY, G. **Idade Média Idade dos Homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.
VERGER, J. **Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: Edusc, 2001.

Bibliografia Complementar:

DUBY, G. **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
ECO, U. **Arte e beleza na estética medieval**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.
_____. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1981.
ZERNER, M. (org.) **Inventar a heresia: Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição**. Campinas: Editora da Unicamp. 2009.

EUROPA MODERNA E CONTEMPORÂNEA: CULTURA E PROCESSOS POLÍTICOS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Do feudalismo ao capitalismo. A centralização monárquica. O expansionismo marítimo comercial. Renascimento e reformas. A constituição dos estados modernos. O antigo regime. A era das revoluções. A era dos impérios. A crise da sociedade liberal. O breve século XX e a História do Tempo Presente. Entre Guerras e a ascensão dos Movimentos de Extrema Direita. I Guerra Mundial: a guerra das trincheiras. Crescimento do socialismo. II Guerra Mundial: o conflito e o extermínio dos judeus e outras minorias. Redemocratização e a Guerra Fria. O Estado de bem estar social. Movimentos culturais: 1968 - movimento Hippie X Guerra do Vietnã. Terrorismo e Globalização.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, P. **Linhagens do estado absolutista**. Porto: Afrontamento, 1984.
ARENDDT, H. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia Complementar:

DOSE, F. **A História à prova do tempo**. São Paulo: Unesp, 2001.
GLEZER, R. A história e o tempo presente. In: BRUNI, J. C.; BARRETO, L. M.; MARQUES, N. **Decifrando o tempo Presente**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
HOBSBAWM, E. **A Era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

COLONIALISMO IBÉRICO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo do processo histórico de colonialismo desenvolvido pelas sociedades Ibéricas: Reconquista, expansão marítima mercantil, navegações e África; expansão na Ásia, colonização da América. Diferentes âmbitos do colonialismo ibérico: comercial, político, religioso, social e cultural. Escravidão. Historiografia sobre a temática. Estudos de temas educacionais e didáticos relacionados à disciplina.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, L. F.. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BETHEL, L. (org.). **América Latina Colonial.** São Paulo: EDUSP, 2004.

SOUZA, L. M. e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Bibliografía Complementar:

BRAUDEL, F. **El Mediterraneo y el mundo mediterraneo en la epoca de Felipe II.** México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

FLORENTINO, M. **Em Costas Negras.** Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, J.; BICALHO M. F.; GOUVÊA, M. F.(orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval.** Bauru: EDUSC, 2005.

NOGUEIRA, C. (org.). **O Portugal medieval: monarquia e sociedade.** São Paulo: Alameda, 2010.

Outras Bibliografias

GRUZINSKI, S. **O Pensamento Mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, L. M. e. **Inferno Atlântico: Demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

AMÉRICA PORTUGUESA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo da constituição e características da sociedade na América portuguesa (séculos XVI a XVIII), por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período e da análise de documentos. Estudo articulado do genocídio e escravização dos povos nativos e africanos e da diáspora africana; do colonialismo e da crise do sistema colonial do império português; da escravidão como base da organização social, econômica e política; dos ciclos econômicos no

contexto de um capitalismo mundializado; das revoltas anticoloniais e dos hibridismos culturais na América Portuguesa, buscando a conexão desses temas com a realidade ainda vivida nas comunidades. Reflexão sobre os temas educacionais e didáticos relacionados à disciplina.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, L. M. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste 1750-1822**. 1992. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1992. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/69_algranti_leila_mezan_termo.pdf

FLORENTINO, M. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, J.; BICALHO, F.; GOUVÊA, M. de F. (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Bibliografia Complementar:

DEL PRIORE, M. **Ao sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio/ Edunb, 1993.

FREYRE, G.. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MELLO, E. C. de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Edusp, 1975.

NOVAIS, F. **Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808**. São Paulo: Hucitec, 1979.

Outras Bibliografias

BICALHO, M. F.; FERLINI, V. (orgs.). **Modos de governar**. São Paulo: Alameda, 2005.

FURTADO, J. F. **Diálogos oceânicos**. Belo Horizonte, UFMG, 2001.

NOVAES, A. (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras/Minc-Funarte, 1998.

SOUZA, L. de M. **O Diabo na Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRASIL INDEPENDENTE

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Análise do processo de independência e a constituição política do Brasil imperial. A República: política e movimentos sociais. Revisão crítica sobre a historiografia do Brasil nos séculos XIX e XX.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

MATTOS, H. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Bibliografia Complementar:

ALONSO, A. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, E. **O direito dos escravos**: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

COSTA, E. V. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

PIROLA, R. F. **Senzala insurgente**: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Outras bibliografias

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, M. O. S. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

PEREIRA, L. A. M. **As barricadas da saúde**: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo da diversidade das populações indígenas, sua organização sociocultural, práticas e conhecimentos. Resgate da visão construída sobre o indígena no período colonial. Diálogo com as políticas indigenistas e abordagens historiográficas relativas à representação dessas populações, ressaltando sua inserção na educação. Multiculturalismo e Educação.

Bibliografia Básica

CASTRO, E. V. **A Inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CUNHA, M. C. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Global Editora, 2017.

Bibliografia Complementar

FREIRE, J. R. B.; MALHEIROS, M. F. **Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRAS, S. M. (Org). **Povos indígenas e sustentabilidade:** Saberes e práticas interculturais na universidade. Campo Grande: Editora UCDB, 2009. Disponível em:

<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/361.pdf>

MONTEIRO, J. M. **Tupis, Tapuias e Historiadores:** Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281350>

NASCIMENTO, A. C.; et all. **Etnohistória, história indígena e educação:** contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

NEVES, W. A. Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira I-II. **Revista USP**, n. 44, v.1, p. 6-9, 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1896>

Outras bibliografias

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RAMINELLI, R. **Imagens da colonização:** A representação do Índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

VAINFAS, R. **A heresia dos índios:** catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Cia da Letras, 1995.

ÁSIA: CULTURA E PROCESSOS SÓCIO-POLÍTICOS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo do processo de constituição da Ásia em sua relação com o Ocidente. Colonialismo europeu no Oriente, movimentos de resistência local, construção de identidades. O mundo muçulmano. O Oriente Médio e suas relações com a Europa. A colonização asiática: imperialismos, independências e reordenamento do continente no contexto capitalismo e socialismo soviético.

Bibliografia Básica:

HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PANIKKAR, K. M. **Asia and western dominance:** a survey of the Vasco da Gama epoch of Asian History, 1498-1945. London: George Allen & Unwin Publishers, 1959.

SAID, E. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Bibliografia Complementar:

BECKWITH, C. I. **Warriors of the cloisters:** the Central Asian origins of science in the medieval world. Princeton: Princeton University Press, 2012.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China:** uma nova história. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NEALE, J. **A people's history of the Vietnam War.** Nova Iorque: New Press, 2003.

POLO, M. (1252-1324). **O livro das maravilhas.** Porto Alegre: L&PM, 2015.

SNOW, E. **Alborada de la revolución en Asia:** un testimonio personal de la historia contemporánea. México: FCE, 1978.

ENSINO INTERDISCIPLINAR DE HISTÓRIA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo interdisciplinar de diferentes abordagens didático-pedagógicas em História. Análise do diálogo do ensino de História com a Antropologia, Sociologia, Filosofia, Geografia e outras áreas das humanidades. Valorização da multiculturalidade, da educação intercultural e das propostas de descolonização dos saberes.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, C. (org) **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

HOLZER, W. A Geografia Cultural e a História: Uma Leitura a partir da obra de David Lowenthal. **Espaço e Cultura**, No. 19-20, p.23-33, 2005. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3488/2416>

OLIVEIRA, R. C. **Caminhos da identidade - ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

Bibliografia Complementar

BURKE, P. A história como memória social. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FALCON, F. História e o Poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da História: ensaios de metodologia e história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

LÜCK, H. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TRINDADE, A.; SANTOS, R. (orgs.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DISCIPLINAS DO GRUPO TEMÁTICO GEOGRAFIA

GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS E MOVIMENTOS OPERÁRIOS NO ABC

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A indústria no tempo e no espaço mundial: as revoluções industriais (1ª, 2ª, 3ª e 4ª), as inovações tecnológicas, as fontes de energia e as organizações do trabalho nos ciclos econômicos longos. Emergência e desenvolvimento do processo de industrialização no ABC. A produção industrial e as relações de trabalho. Movimentos de organização da classe operária no ABC. Greves operárias em 1978, 1979 e 1980. História e memória dos metalúrgicos do ABC. Relações entre os processos de industrialização e seus impactos econômicos, sociais, políticos, territoriais, urbanísticos e ambientais. Importância do instrumental da Geografia das Indústrias para a prática do ensino sociocultural de Geografia.

Bibliografia Básica:

- ABRAMO, L. **O resgate da dignidade:** greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999.
- GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999.
- FRENCH, J. D. **O ABC dos operários.** Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 – 1950. São Paulo: Hucitec, 1995.
- SINGER, P. **A formação da classe operária.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

Bibliografia Complementar

- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil:** 1930 – 1970. Campinas/ São Paulo: Editora da Unicamp/Global, 1985.
- DEAN, W. **A industrialização de São Paulo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- NABUCO, M.R.; NETO, A.M.C.; NEVES, M.A. **Indústria automotiva:** a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- REZENDE, A. P. **História do movimento operário no Brasil.** São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

FUNDAMENTOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Contribuições da Geografia à sociedade nos âmbitos da técnica, da pesquisa e do ensino. Principais escolas de pensamento geográfico e suas relações com o ensino de Geografia. Análise e discussão das diferentes concepções teóricas e metodológicas do ensino de Geografia. Discussão das propostas curriculares e o ensino de Geografia no Brasil. Temas e conceitos básicos de Geografia e suas perspectivas de ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

- CORRÊA, R.L; CASTRO, I.; GOMES, P.C.C. **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (Orgs). **Geografia e Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2002.
- ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2003.

Bibliografia complementar:

- LACOSTE, Y. **A Geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1988.
- LENCIONI, S. **Região e Geografia.** São Paulo: EDUSP, 1999.
- MORAIS, A. C. R. **Geografia:** pequena história crítica. São Paulo: Contexto, 2000.
- SANTOS, M. A. **Natureza do Espaço.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A Geografia e o Ensino de Geografia nos currículos oficiais. A perspectiva sociocultural do ensino de Geografia. Funções sociais do professor de geografia. Panoramas das redes de ensino e diferentes perspectivas de atuação nas escolas. O ensino de Geografia em espaços não formais de educação. As metodologias e práticas de ensino de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental. Análise e produção de materiais didáticos e paradidáticos. A educação ambiental. A formação do professor de Geografia: realidades, dificuldades e potencialidades.

Bibliografia Básica:

CARLOS, A. F. A. (Org.). **A geografia em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTROGIOVANNI, C. A. et.al (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1983

Bibliografia Complementar:

DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Global, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 09/04/2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – v.5 – Geografia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 09/04/2018.

MONBEIG, P. Papel e valor do ensino de Geografia e de sua pesquisa. **Boletim Carioca de Geografia**, ano VII, n. 1; 2, 1956. Disponível em www.ffp.uerj.br/tamoios/Monbeing.pdf

SENE, E. **Reformas educacionais no Brasil e na Espanha (1978-2006): ensino médio e geografia**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A relevância da questão regional e os processos de regionalização: escalas e relações sociais. Os conceitos de região: da região natural aos ecossistemas; da região lablachiana à identidade regional; da região funcional ao planejamento regional. Divisão espacial do trabalho e regionalismo político. Globalização, redes e blocos de poder na regionalização do mundo contemporâneo. Divisão regional do Estado de São Paulo. Perspectivas de ensino-aprendizagem em Geografia Regional.

Bibliografia Básica:

CONTEL, F. As divisões regionais do Brasil no século XX. **Terra Brasilis**, v. 3, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990> . Acesso em 09/04/2018.

LENCIONI, S. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.
SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, C. C. T. **O Grande ABC paulista: O Fetichismo da Região**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde.../CECILIA_CARDOSO_TEIXEIRA.pdf. Acesso em: 09/04/2018.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo. São Paulo: UNESP. 1996.

EMPLASA. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo: Emplasa, 2011.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil**. Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record. 2001.

Outras bibliografias

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

GEORGE, P. et al. **Geografia ativa**. São Paulo: Difel, 1986.

LA BLACHE, P. V. de. Le principe de la géographie générale. **Annales de Géographie**, v. 5, n. 20, p. 122-142, 1896.

MARKUSEN, A. Região e regionalismo. **Espaço e debates**, v. I, n.2, 1981.

CARTOGRAFIA ESCOLAR E INCLUSIVA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Fundamentos da cartografia temática. Fundamentos metodológicos da cartografia escolar. Diferentes formas de produção cartográfica e uso do sensoriamento remoto: cartas, mapas, plantas, maquetes, globos, fotografia aérea, imagem de satélite, croquis. Cartografia tátil. Criação, desenvolvimento e aplicação de atividades didáticas em abordagem multidisciplinar e inclusiva. Possibilidades de trabalho educacional em cartografia em face ao avanço da tecnologia socialmente disponível.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, R. D. (Org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

IBGE. **Atlas Geográfico Escolar**. 4ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

JOLY, F. A **Cartografia**. Campinas: Papyrus, 1997.

Bibliografia complementar:

DUARTE, P. A. **Fundamentos de Cartografia**. Florianópolis: UFSC, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, M. I. C.; VENTORINI, S. E. **Cartografia tátil: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

NOGUEIRA, R. E (Org.). **Motivações Hodiernas para Ensinar Geografia:** representações do espaço para visuais e invisuais. Florianópolis, s/n, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ruth_Nogueira/publication/316940650_Motivacoes_Hodiernas_para_ensinar_Geografia_representacoes_do_espaco_para_visuais_e_invisuais/links/591a10d54585159b1a4bb31f/Motivacoes-Hodiernas-para-ensinar-Geografia-representacoes-do-espaco-para-visuais-e-invisuais.pdf . Acesso em 09/04/2018.

VENTURI, L. A. B. (Org). **Geografia:** práticas de campo, laboratório e sala de aula. São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

GEOGRAFIA URBANA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: O fenômeno urbano em face à análise da Geografia. Modos de vida urbanos: cotidianos e resistências. Diferenciações entre processos de urbanização nos países centrais e periféricos. Paisagens urbanas e seus contrastes. Dilemas urbanos para o futuro a curto, médio e longo prazos. Redes e hierarquias urbanas. Especificidades e possibilidades do ensino de geografia em cidades pequenas, médias e grandes, bem como a partir dos equipamentos urbanos disponíveis. Relações evidentes e ocultas entre campo e cidade. Região Metropolitana de São Paulo e sua sub-região sudeste (ABC paulista).

Bibliografia Básica:

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na Metrópole.** São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A. CARLES, C. (Orgs.). **Urbanização e Mundialização:** estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, J. de S. **Subúrbio.** Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2002.

Bibliografia Complementar:

ALVAREZ, I. A. P. **A Reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatey.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/.../8/8136/.../ISABEL_APARECIDA_PINTO_ALVAREZ.pdf Acesso em: 09/04/2018.

CARLOS, A. F. A. **A Geografia na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

KLINK, J. **A cidade-região.** Regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

LEFÉBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

VASCONCELOS, P., MELLO e SILVA, S. (Org.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira.** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A Geografia da Antiguidade, na era da Idade Média Europeia e no mundo Árabe. O renascimento, a ciência moderna e suas relações com os movimentos racionalista e positivista. A Geografia do século XIX: Humboldt e Ritter. Desenvolvimento da Geografia Física. Ratzel e a Antropogeografia. A Geografia na primeira metade do século XX. A controvérsia levantada entre determinismo e possibilismo. A Geografia de La Blache e as origens da geografia tradicional no Brasil. A crítica da Geografia tradicional e o movimento de renovação da Geografia. A New Geography. A Geografia Crítica. A Geografia contemporânea e seus desafios. Relações entre a história do pensamento geográfico e seu impacto no ensino de Geografia.

Bibliografia Básica:

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**. V 1-3. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, A. C. R. **Geografia – Pequena História Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

Bibliografia Complementar:

LACOSTE, Y et al. **A Geografia ativa**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958.

LACOSTE, Y. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar para fazer a Guerra**. Campinas: Papirus, 1993.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

Outras Bibliografias

MONTEIRO, C. A. de F. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. São Paulo: IGEOG/USP, 1980.

MORAES, Antônio Carlos Robert. A Antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, pp. 07-27, 1990.

GEOGRAFIA AGRÁRIA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Principais correntes teóricas dos estudos sobre o Espaço Agrário, com ênfase nos estudos da Geografia. A Geografia Agrária Brasileira. O papel da agroindústria. O movimento camponês brasileiro, latino-americano e mundial e os modelos propostos e implementados de reforma agrária. Os modos de produção agrícolas. A agricultura e o meio técnico-científico-informacional. As relações de trabalho no campo. Os modos de vida rurais. As expansões das fronteiras agrícolas e a resistência das comunidades florestais. A educação no campo. Os temas e as práticas da Geografia Agrária em escolas urbanas.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
Disponível em

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20MST%20no%20Brasil%20%20Bernardo%20Man%C3%A7ano%20Fernandes.pdf>

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. Disponível em: http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf

Bibliografia Complementar:

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Ed. Gaia, 2003.

Outras Bibliografias

MARTINS, J. de S. **Camponeses e Política no Brasil**. Hucitec: São Paulo, 1981.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

DISCIPLINAS DO GRUPO TEMÁTICO FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E PSICOLOGIA

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Educação e instituição escolar como objetos da sociologia. A temática da educação na perspectiva da teoria sociológica clássica. Teoria crítica: perspectivas sobre o espaço escolar e seus mecanismos de produção e reprodução social. A escola como espaço de tensões e resistências. Sociedades contemporâneas: distinções e mediações culturais no contexto das práticas sociais, políticas e econômicas.

Bibliografia Básica:

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (Org.). **Escritos de educação**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

Bibliografia Complementar:

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro Graal, 1985..

BOURDIEU, P. et al. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

COMPARATO, F. K. **Educação, Estado e Poder**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1987.

DURKHEIM, D. É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: <<http://imagens.travessa.com.br/livro/DT/2e/2e12b823-ea11-4287-aece-abe8ac461059.jpg>>.

Outras bibliografias

DURKHEIM, É. **A Educação Moral**. Petrópolis: 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, M. C. (Org.). **Demografia da exclusão social: temas e abordagens**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

TRATENBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Unesp, 2004.

SOCIALIZAÇÃO E SOCIABILIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Relação indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas. Trabalho e Educação como dimensões da socialização e sociabilidade contemporânea. Globalização e sociabilidade neoliberal. Sociedade e tecnologia: centralidade tecnológica submetida à crítica. Sentidos, limites e potencialidades do trabalho e educação na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

ADORNO, T. W. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Unesp, 2008.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, L. G. **Politizar as novas tecnologias**. O impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BURAWOY, M.; BRAGA, R. (org.). **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009.

CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (orgs.). **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2013.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Outras Bibliografias:

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**. Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SENNET, R. **A corrosão do caráter:** as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: INFÂNCIA, JUVENTUDE, VIDA ADULTA E ENVELHECIMENTO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Psicologia do Desenvolvimento: aspectos biopsicossociais e vertentes psicológicas. Conceitos em Psicologia do Desenvolvimento: maturação, períodos críticos, hereditariedade, ambiente. Primeiras investigações em Psicologia do Desenvolvimento. Desenvolvimento pré-natal e na primeira infância: aspectos motores, sensoriais e perceptivos, cognitivos, sociais, linguísticos e de autonomia. Desenvolvimento infantil em idade pré-escolar e escolar: aspectos motores, cognitivos, sociais, linguísticos e de autonomia. Desenvolvimento na adolescência e juventude. Desenvolvimento na vida adulta e envelhecimento. Instrumentos de avaliação do desenvolvimento humano. Transtornos do neurodesenvolvimento e público-alvo da educação especial inclusiva. Escola enquanto espaço de desenvolvimento humano: planejamento do ensino e avaliação na educação de jovens e adultos, ensino fundamental e médio. Aplicabilidade da Psicologia do Desenvolvimento ao campo educacional.

Bibliografia Básica

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

WILLIAMS, L. C. A.; AIELLO, A. L. R. **Manual do Inventário Portage Operacionalizado –** Avaliação do desenvolvimento de criança de 0-6 anos. Curitiba: Jurá, 2018.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: M. Fontes, 2007.

Bibliografia Complementar

CARMO, J. S. **Fundamentos psicológicos da educação.** Curitiba: IBPEX, 2010.

CATANIA, C. A. **Aprendizagem:** comportamento, linguagem e cognição. São Paulo: ArtMed, 2008.

CORTEGOSO, A. L.; COSER, D. S. **Elaboração de programas de ensino: material autoinstrutivo.** São Carlos: EDUFSCar, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. **Ciência psicológica:** mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Outras bibliografias

CARRARA, K. (org.). **Introdução à psicologia da educação:** seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas:** a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOULART, Iris Barbosa. **Piaget:** experiências básicas para utilização pelo professor. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

STAINBACK S, STAINBACK W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: APRENDIZAGEM

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Psicologia da educação: filogênese, ontogênese e sociogênese. Psicologia da Aprendizagem. Teoria histórico-cultural de Vygotsky: aplicabilidade à educação. Teoria comportamental de Skinner: aplicabilidade à educação. Construtivismo de Piaget: aplicabilidade à educação. Gardner e a aplicabilidade das múltiplas inteligências. Pedagogia de Paulo Freire: aplicabilidade à educação. Aprendizagem e processos cognitivos. Programação de ensino: estabelecimento dos objetivos e condições de ensino. Relação professor-aluno: motivação, lidando com erros no ensino e na aprendizagem, aprendizagem sem erros, aprendendo a aprender. Fracasso escolar. Transtornos específicos de aprendizagem. Psicologia e Inclusão escolar: público-alvo da educação especial inclusiva.

Bibliografia Básica

CARMO, J. S. **Fundamentos psicológicos da educação**. Curitiba: IBPEX, 2010.

CORTEGOSO, A. L.; COSER, D. S. **Elaboração de programas de ensino**: material autoinstrutivo. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Bibliografia Complementar

CARRARA, K. (org.). **Introdução à psicologia da educação**: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. **Ciência psicológica**: mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HÜBNER, M. M.; MARINOTTI, M. (orgs.). **Análise do Comportamento para a Educação**: contribuições recentes. Santo André: ESETec Editores Associados, 2004.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1999.

Outras bibliografias

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOULART, I. B. **Piaget**: experiências básicas para utilização pelo professor. Petrópolis: Vozes, 2005.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, L. C. A.; WILLIAMS, L. (Orgs.). **Temas em educação especial**: avanços recentes. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DISCIPLINAS DO GRUPO TEMÁTICO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Educação em direitos humanos: conceito, teoria, metodologia, práticas e vivências. Marcos legais da educação em direitos humanos no Brasil e no mundo. Escola como espaço de socialização e formação para contribuir para o conhecimento dos direitos fundamentais. Direitos humanos: currículo, formação continuada e projeto pedagógico. Cultura de direitos humanos: questões de gênero, inclusão/ acessibilidade, diversidade sexual, etnia, cultura, geração e crenças religiosas. Formas de combate ao bullying na escola. A universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e seus eixos: educação básica, ensino superior, mídia, educação não formal e segurança/justiça.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, N. **Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DIETRICH, A. M.; HASHIZUME, C. (Org.). **Direitos Humanos no chão da escola**. Santo André: UFABC, 2017.

LOURO, G. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

Bibliografia Complementar:

BLANES, J.; DIETRICH, A. M.; SANTOS, S. **Educação, ética e regime militar no Brasil**. Santo André: UFABC, 2017.

CLAUDE, R. P. Direito à Educação e Educação para os Direitos Humanos. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, 2005.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a03v2n2.pdf>. Acesso em: 17 fev 2017.

COSTA, D. R.; RÊSES, E. S. A política pública de Educação em Direitos Humanos e formação de professores. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, v.2, n.2. Maio 2015.

Disponível em: <http://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/26>. Acesso em 17 fev 2017.

COSTA, S.; DIETRICH, A. M. Documentário **Seja Mais!** Santo André: UFABC, 2017.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QzsOuOtgIeo>. Acesso em: 17 fev 2017.

OLIVEIRA, I. A. A.; SILVA, E. A. Estigmatizados: de que forma o professor aborda o preconceito no âmbito escolar. In: **V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente**; Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19534/1/EstigmatizadosFormaProfessor.pdf>.

Acesso em: 17 fev 2017.

Outras bibliografias

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 fev 2017.

BRASIL, Presidência da República, Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Edições Câmara, 2012.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 17 fev 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 fev 2017.

CARVALHO, J. **Uma idéia de Formação Continuada em Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: DHnet, 2005.

Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/josesergio/jose_sergio_form_continuada_edh.pdf
Acesso em: 17 fev 2017.

CANDAU, V. M. **Educação e Direitos Humanos, Currículo e Estratégias Pedagógicas**.

Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_dh_curriculo_estrategias_pedagogi_cas.pdf. Acesso em: 17 fev 2017.

OFICINAS DE CULTURA E ARTE-EDUCAÇÃO

Código:

Quadrimestre:

Quadrimestre: TPI: 2-2-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Introdução à práticas pedagógicas de arte-educação. Jogos teatrais, performances, contação de história, jogos didáticos e brincadeiras educativas. A disciplina visa aplicar tais práticas para o desenvolvimento de oficinas sobre temas de interesse para a área de ciências humanas, considerando tanto a educação escolar, quanto a aplicação em projetos socioeducativos. A arte na escola. Fundamentos teórico-metodológicos da arte-educação. O professor como agente de educação estética.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, A. M. (Org.). **Arte-Educação Contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BOAL, A. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, C. A. de C. **Arte e Educação**. Da Razão Instrumental à Racionalidade Emancipatória. São Paulo: Juruá, 2004.

CHACRA, S. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

_____. A importância do brincar. Entrevista concedida ao Tatiana Bertoni. São Paulo: **Univesp TV**, 2010.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HpiqpDvJ7-8>. Acesso: em 17jun2019.

KRAMER, S. **Por entre as pedras: arma e sonho na escola**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/download/9711/8925>

Acesso: em 17jun2019.

Outras bibliografias

COLI, J. **O que é arte?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

SPOLIN, V. **Improvisação para o Teatro.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEITE, M. I.; OSTETTO, L. E. **Museu, Educação e Cultura.** Encontros de crianças e professores com a arte. Campinas: Papyrus, 2005.

RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA INCLUSÃO ESCOLAR

Código

Quadrimestre

TPI: 2-0-2

Recomendação: não há

Carga Horária: 24 horas

Ementa

Processo de inclusão escolar. O papel da família. O papel da escola: atividades escolares, profissionais. Relação família e escola inclusiva. Desafios para garantir o envolvimento da família na escola inclusiva. Estratégias inclusivas científicas que favoreçam a relação família-escola.

Bibliografia Básica

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação.** Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática.** Petrópolis: Vozes, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G. **A escola e o público-alvo da educação especial:** apontamentos atuais. Marília, SP: ABPEE/Marquezzine & Manzini editora, 2014.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento Psicológico e Educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Vol. 1. Porto Alegre: ARTMED, 1995.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, L. C. A.; WILLIAMS, L. (Orgs.). **Temas em educação especial:** avanços recentes. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

STAINBACK S, STAINBACK W. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

WILLIAMS, L. C. A.; AIELLO, A. L. R. **Manual do Inventário Portage Operacionalizado –** Avaliação do desenvolvimento de criança de 0-6 anos. Curitiba: Jurá, 2018.

Outras bibliografias

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 3, p. 371-386, 2014.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n.º 33, 2006.

NAVES, A. R. X. C.; VASCONCELOS, L. A. O estudo da família: contingências e metacontingências. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v. 4, p. 13-25, 2008.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, INFORMAL E POPULAR

Código:

Quadrimestre:

TPI: 2-2-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Diferenças e aproximações dos conceitos de Educação não formal, informal e popular dentro da prática de educar para os direitos humanos. Os espaços não formais de educação e sua importância. Relações entre a educação não formal e a cidadania. Construções horizontais do conhecimento. Métodos de educação popular. A parte prática corresponde à elaboração de projetos de educação não formal.

Bibliografia Básica:

CADERNOS de formação. **Educação popular e direitos humanos**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2015.

Disponível em:

https://www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Formacao_Educacao_Popular.pdf Acesso em: 28mar2019

GOHN, M. G. M. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Educação não formal e no campo das artes**. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, V.; TRILLA, J.; GHANEM, E. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo, 2008.

CERONI, M. R. **O perfil do pedagogo para atuação em espaços não-escolares**. Anais 1 Congresso Internacional Pedagogia Social. Março 2006.

Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100040&script=sci_arttext Acesso em: 17jun2019

FARIA, L. H. P.; DIETRICH, A. M.; GOMES, V. M. S. O Projeto Batuclagem e a educação ambiental por meio do brincar: abordando o lúdico no Ensino de Ciências. **Quaestio**, v. 20, n. 2, p. 425-440, 2018.

Disponível em: http://seer.ufms.br/index.php/labore/article/view/5475/pdf_16 Acesso em: 17jun2019

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Imaginação e criatividade na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: Espanha, 1994.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 01/03/2018

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 1990.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

GRUPO TEMÁTICO PRÁTICAS EM ENSINO

PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: CURRÍCULOS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4.

Recomendação: não há.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: Tendo como pano de fundo a discussão sobre o sentido público da educação, o objetivo da disciplina é conhecer, analisar, avaliar e discutir criticamente as propostas curriculares de ensino de geografia presentes nos documentos oficiais que norteiam a educação básica, com ênfase no ensino médio, como por exemplo, Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum, Orientações Curriculares, Propostas Curriculares do Estado de São Paulo e de outros estados brasileiros, entre outros.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, Escola e a Construção de Conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 1998

LACOSTE, Y. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1988.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (Orgs) **Geografia e Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e práxis**. Porto: Porto Editora, 1996.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, J. S. F. **Reflexões sobre educação, formação e esfera pública**. Porto Alegre: Penso, 2013.

LAVAL, C, DARDOT. P. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LESTEGÁS, F. R. Concebir la geografía escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. **Boletín de la AGE**, n. 33, 2002. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/118559034/Concebir-la-geografia-escolar-desde-una-nuevaperspectiva>

PACHECO, J. **Escola da ponte: formação e transformação na educação**. São Paulo: Editora Cortes, 2015.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1981.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Arquivos e Documentos:

BRASIL-MEC/SEMT. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio –Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>

BRASIL-MEC/SEMT. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002.

BRASIL-MEC/SEB. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências humanas e suas tecnologias** (vol. 3). Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2006.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf

PROPOSTA Curricular do Estado de São Paulo: Geografia / Coord. Maria Inês Fini. – São Paulo: SEE, 2008.

Disponível

em:[http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/Prop GEO COMP red md 2_0_03.pdf](http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/Prop_GEO_COMP_red_md_2_0_03.pdf)

PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: METODOLOGIAS

Código:

Quadrimestre: 9º.

TPI: 4-0-4.

Recomendação: Prática de Ensino de Geografia: Currículos.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: O objetivo da disciplina é pesquisar e elaborar diferentes metodologias para o ensino da Geografia, evidenciando-se os seus pressupostos teórico-práticos. Para realizar este percurso sobre o como ensinar, são recomendadas estratégias diversas para o estudo, a criação e a produção de percursos de aula que mobilizem textos de Geografia, literatura, cinema, novas tecnologias eletrônicas, teatro, revistas e jornais, fragmentos da vida cotidiana, entre outros.

Bibliografia Básica:

CARLOS, A. F. A. **A Geografia na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTELLAR, S. M. V. e MORAES, J. **Ensino de Geografia**. São Paulo: CENGAGE, 2010.

PENTEADO, H. D. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1991.

Bibliografia Complementar:

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PACHECO, J. **Escola da ponte: formação e transformação na educação**. São Paulo: Editora Cortes, 2015

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RANCIÈRE J. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Outras Bibliografias

CASTELLAR, S. M. V. A Construção do Conceito de Espaço e o Ensino de Geografia. **Caderno Prudentino de Geografia - Geografia e Ensino**. AGB-Seção Prudente v.17, p. 94-114, 1995.

NÓVOA, A (Coord.) **Os Professores e sua Formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil. **Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SILVA, T. T. (org.). **Pedagogia dos monstros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, G. **Exercícios de leitura**. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2009.

VESENTINI, J. W. **Para uma Geografia Crítica na Escola**. São Paulo: Ática, 1992.

PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: PROGRAMAS DE ENSINO

Código:

Quadrimestre: 10º.

TPI: 4-0-4.

Recomendação: Prática de Ensino de Geografia: Currículos e Prática de Ensino de Geografia: Metodologias.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: Propõe-se a avaliação crítica e a elaboração de programas de ensino e processos avaliativos, planos de aula, materiais didáticos e paradidáticos para o ensino de Geografia na educação básica e em espaços não-formais. Trata-se de conhecer os materiais didáticos já existentes e abrir espaço para a criação de objetos de aprendizagem e materiais de ensino de geografia.

Bibliografia Básica:

PASSINI, E. Y. et al. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2010.

POSTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I. CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELLOS, C. dos S. Metodologia dialética em sala de aula. **Revista de Educação AEC**, v.21, n.83, p.28-55, abr/jun,1992.

Disponível em: <http://www.celsovasconcellos.com.br/Textos/MDSA-AEC.pdf>

Bibliografia Complementar:

BRAGA, J. (org.) **Objetos de aprendizagem vol. 1: introdução e fundamentos**. Santo André: Editora da UFABC, 2014.

FRANCO, L. (org.) **EAD Virtual: entre a teoria e a prática**. Santo André: Editora da UFABC, 2015.

MOLETTA, A. **Fazendo Cinema na Escola: arte audiovisual dentro e fora da sala de aula**. São Paulo: Summus, 2014.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora 34, 2008.

PONTUSCHKA, N. N. **Ousadia no Diálogo**. Interdisciplinaridade na Escola Pública. São Paulo: Loyola, 2002.

Outras Bibliografias

BRAGA, J. (org.). **Objetos de aprendizagem vol. 2: metodologia e desenvolvimento**. Santo André: Editora da UFABC, 2015.

KARNAL, L. **Conversas com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOHAN, W. O.; OLARIETA, Fabiana Beatriz (Org.). **A escola pública aposta no pensamento**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2012..

REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. (Orgs.) **Geografia e Educação, Geração de Ambiências**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1988.

ZUMTHOR, P. **Performance, recepção e leitura**. São Paulo: Cosacnaify, 2007.

PRÁTICAS DE ENSINO DE HISTÓRIA: CURRÍCULOS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4.

Recomendação: não há.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: O que é currículo. Teóricos sobre a teoria curricular. Discussão teórica sobre a função social e educacional do currículo. Currículo de História no Ensino Fundamental. Currículo de História no Ensino Médio.

Objetivo: O objetivo da disciplina é conhecer, analisar, avaliar e discutir criticamente as propostas curriculares de ensino de História presentes nos documentos oficiais que norteiam a educação básica, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, como por exemplo, Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum, Orientações Curriculares, Propostas Curriculares do Estado de São Paulo e de outros estados brasileiros, entre outros.

Bibliografia Básica

ALVES, R. C.; ABUD, K. M.; SILVA, A. C. M. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CARVALHO, J. S. F. **Reflexões sobre educação, formação e esfera pública**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GOODSON, I. F. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Bibliografia Complementar

LOPES, A. R. C.; MACEDO, E. (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PACHECO, J. **Escola da ponte: formação e transformação na educação**. São Paulo: Editora Cortes, 2015.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1981.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Arquivos e Documentos:

BRASIL-MEC/SEMT. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999. Disponível

em:<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>

BRASIL-MEC/SEB. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências humanas e suas tecnologias (vol. 3)**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf

FINI, M. I. (Coord.). **Proposta curricular do Estado de São Paulo: História**. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE), 2008. Disponível em:http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/Prop_HIST_COMP_red_md_20_03.pdf

PRÁTICAS DE ENSINO DE HISTÓRIA: METODOLOGIAS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4.

Recomendação: não há.
Carga Horária: 48 horas.

Ementa: Principais metodologias do ensino de história. Saberes e práticas no ensino de história. Interdisciplinaridade no saber histórico. Estratégias metodológicas que mobilizem diferentes suportes, como: literatura, cinema, novas tecnologias, teatro, textos filosóficos, revistas e jornais, documentos históricos, entre outros.

Objetivo: O objetivo da disciplina consiste no estudo e discussão sobre diferentes metodologias para o ensino de História, valorizando novas propostas interdisciplinares e interfaces com a educação em Direitos Humanos e discussões étnico-raciais.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, C. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto 1997.
MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. S. (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2007.
MONTEIRO, A. M. **Professores de História: Entre Saberes e Práticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, C. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.
FAZENDA, I. C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
FONSECA, S. G. **Didática e Prática de Ensino de História**. São Paulo: Papyrus, 2013.
RICCI, C. S. **Da intenção ao gesto: quem é quem no ensino de História**. São Paulo: Editora Anablume, 1999.
ZAMBONI, E. (org.) **Digressões sobre o ensino de História: memória, história oral e razão histórica**. Itajaí: Editora Maria do Cais, 2007.

Outras Bibliografias

PEREIRA, A.; MONTEIRO, A. M. (Org.) **Ensino de História e culturas Afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PRÁTICAS DE ENSINO DE HISTÓRIA: PROGRAMAS DE ENSINO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4.

Recomendação: não há.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: Discussão sobre materiais didáticos, objetos de aprendizagem e fontes documentais históricas. Elaboração de planos de ensino e material didático que contemplem as discussões sobre educação não formal, educação em direitos humanos e étnico-raciais. Análise do Ensino de História na atualidade diante de seus desafios contemporâneos.

Objetivo: Esta disciplina busca a avaliação crítica e a elaboração de programas de ensino, planos de aulas, avaliações, materiais didáticos e paradidáticos para o ensino de História na educação básica, bem como em espaços de educação não formal.

Bibliografia Básica

- CIAMPI, H. **A História pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas.** São Paulo: EDUC, 2000.
- FONSECA, S. G. **Caminhos da História ensinada.** Campinas: Papirus, 2001.
- MONTEIRO, A. M. et al. (Org.) **Pesquisa em Ensino de História.** Entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2014.

Bibliografia Complementar

- FERRO, M. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação.** São Paulo: IBRASA, 1983.
- FREIRE, P. **Política e Educação.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2006.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes, 2007

Outras Bibliografias

- BITTENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho: O ensino de História nas escolas paulistas [1917-1939].** São Paulo: Ed. Loyola, 1990.
- PEREIRA, A.; MONTEIRO, A. M. (Org.) **Ensino de História e culturas Afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PRÁTICA EM MUSEUS, ARQUIVOS E BENS CULTURAIS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Identificar as diferenças e semelhanças entre as áreas da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia e suas atuações no âmbito educativo. Visita a diferentes arquivos, museus e bibliotecas. Ação cultural e educativa em instituições de memória. Gestão de museus, acervos e bibliotecas. A organização e curadoria de exposição.

Bibliografia básica

- BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- RÉSSIO GUARNIERI, W. Museu, museologia, museólogos e formação. **Revista de Museologia**, v.1, n.1., p. 7-11, ago. 1989.
- SANTOS, M. S. **A escrita do passado em museus históricos: museu, memória e cidadania.** São Paulo: Garamond, 2006.

Bibliografia complementar

- ARELLANO, M. A. Preservação de documentos digitais. **Ci. Inf.**, v.33, n.2, p. 15-27, maio/ago. 2004.
- Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1043/1113>. Acesso em 17jun2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10519: Critérios de avaliação de documentos de arquivo.** Rio de Janeiro, 1988.
- Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/158929867/NBR-10519-NB-965-Criterios-de-Avaliacao-de-Docmentos-de-Arquivo>. Acesso em 17jun2019.

BARTALO, L.; MORENO, N. **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008.

BREFE, A. C. F. **Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: Editora UNESP/Museu Paulista, 2005.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

Outras bibliografias

ABREU, R. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: AAB/SP, 1998.

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Realizar projetos de intervenção em educação em direitos humanos dentro do ambiente escolar e na educação não formal. Análise de práticas pedagógicas e produção de materiais didáticos tendo como intuito a educação em direitos humanos. Diagnóstico, ação de intervenção, registro e relato de experiência. Avaliação do projeto e das ações de intervenção. Visitas a instituições de Direitos Humanos.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas**. Rio de Janeiro: DP&ALLI, 2008.

DIETRICH, Ana Maria, HASHIZUME, Cristina (org.). **Direitos Humanos no chão da escola**. Santo André: UFABC, 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH-MEC-MJUNESCO, 2006.

Disponível

em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 17jun2019.

Bibliografia Complementar:

AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceito na escola**. São Paulo: Summus, 1998.

BENVIDES, Maria Victoria. Direitos Humanos: desafio para o século XXI. In: SILVEIRA Rosa Maria Godoy, et al (Org.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Albiane Oliveira. **Direitos Humanos na Formação Inicial e Continuada de Professores/as**. São Luís: UFMA/NEaD, 2011.

ANEXO 02

Espaços sugeridos para realização dos estágios supervisionados.

Espaços formais de educação

Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI)/ Aldeia Indígena Krukutu

São Bernardo do Campo divisa com Parelheiros

Educação escolar indígena

Centro Educacional Fundação Salvador Arena

Estrada do Alvarengas, 4001 – Bairro Assunção – São Bernardo do Campo

Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio

Escola Estadual Professora Anésia Loureiro Gama

Rua: Eduardo Oliveira, 35 – Anchieta – São Bernardo do Campo

Ensino Fundamental (anos finais), Médio e Educação Inclusiva

Escola Estadual Professora Cynira Pires dos Santos

Rua: Ângela Tomé, 134 – Rudge Ramos – São Bernardo do Campo

Ensino Fundamental (anos finais), Médio e Educação de Jovens e Adultos

Escola Estadual Professora Nadir Lessa Tognini

Rua Ibiacema, 145 – Vila Floresta – Santo André

Ensino Fundamental (anos finais) e médio

Escola Estadual Professor Ismael da Silva Junior

Rua João Batista de Almeida, 20 – Vila Florida – São Bernardo do Campo

Ensino Fundamental (anos finais) e Médio

Escola Municipal de Educação Básica Olegário José Godoy

Rua: Tiradentes, 1913 – Santa Teresinha – São Bernardo do Campo

Educação de Jovens e Adultos e atendimento ao Programa “Educar Mais”

Escola Municipal de Educação Básica Professora Maria Osório Teixeira

Rua: José Dias Donadelli, 567 – Vila Ferreira – São Bernardo do Campo

Ensino Fundamental (anos finais), Médio e Educação de Jovens e Adultos

Quilombo Ivaporunduva - Associação Quilombo de Ivaporunduva (Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira)

Educação escolar quilombola

UAB - Universidade aberta do Brasil – UFABC

Avenida dos Estados, 5001 – Bangú – Santo André

Educação à distância

Espaços não formais de educação

Aldeia indígena pós-balsa (Riacho Grande - São Bernardo do Campo)

Contato na Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo.

Rua Bauru, 21 – Baeta Neves – São Bernardo do Campo

Biblioteca Érico Veríssimo

Rua Jacob do Bandolim, 81 – Paulicéia – São Bernardo do Campo

Biblioteca Malba Tahan

Rua Helena Jacquey, 208 – Rudge Ramos – São Bernardo do Campo

Biblioteca Pública Municipal Monteiro Lobato

Rua Jurubatuba, 1415 – Centro – São Bernardo do Campo

Centro de Referência das Culturas Populares Tradicionais - Parque Chácara Silvestre

Avenida Wallace Simonsen, 1800 – Nova Petrópolis – São Bernardo do Campo

Faculdade Aberta para a Terceira Idade (FATI) - Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo

Rua Java, 425 – Jardim do Mar – São Bernardo do Campo

Gibiteca Municipal Eugênio Colonnese

Rua Tasman, 301 – Jardim do Mar – São Bernardo do Campo

Pinacoteca Municipal de São Bernardo do Campo/ Biblioteca de Arte Ilva Aceto Maranesi

Rua Kara, 105 – Jardim do Mar – São Bernardo do Campo

Projeto meninos e meninas de rua de São Bernardo do Campo

Rua Jurubatuba, 160 – Centro – São Bernardo do Campo

Sabina – Escola Parque do Conhecimento

Rua Juquiá, s/n – Vila Eldizia – Santo André